

# ACTUALIDADE ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE

Preparação para Recuperação

Fevereiro de 2021



THE WORLD BANK  
IBRD • IDA



A série Actualidade Económica de Moçambique (AEM) do Banco Mundial foi concebida com o intuito de fazer uma apresentação de avaliações oportunas e concisas das tendências económicas correntes no país, tomando em linha de conta os desafios mais gerais do desenvolvimento do país. Inclui-se em todas as edições uma secção sobre desenvolvimentos económicos recentes e uma discussão das perspectivas económicas, a que se segue uma secção temática que analisa questões de importância. A secção destacada nesta edição explora as implicações da COVID-19 na economia, empresas e famílias. Oferece recomendações para avançar – a curto prazo na fase de alívio, bem como a médio e longo prazo visando "uma reconstrução melhor". A série AEM procura prover informação para as discussões no seio do Banco Mundial e contribuir para um debate robusto entre quadros governamentais, os parceiros internacionais de desenvolvimento do país, e a sociedade civil, no que toca ao desempenho económico de Moçambique e aos grandes desafios da política macroeconómica.

# Conteúdo

Abreviaturas e Acrónimos .....	vi
Agradecimentos .....	vii
Sumário Executivo .....	viii
Parte Um: Desenvolvimentos económicos recentes e perspectivas .....	1
Crescimento Económico .....	1
Taxa de Câmbio e Inflação .....	8
Sector Externo .....	8
Política Fiscal .....	12
Política Monetária .....	19
Parte Dois: A COVID-19 lesou empresas e famílias. Como responder? .....	23
Quais são as Características do o sector privado em Moçambique? .....	23
O impacto da COVID-19 nas vendas das empresas e no emprego é severo .....	24
Como Respondeu o Governo a estes Impactos?.....	27
Medidas relativas ao sector financeiro e ao mercado de crédito .....	27
Medidas fiscais .....	28
Medidas para reduzir os custos dos serviços de utilidade pública .....	29
Medidas para a força de trabalho .....	29
Como ajudar as empresas a avançarem? .....	29
Medidas sectoriais específicas .....	32
A COVID-19 tem afectado principalmente os agregados familiares urbanos vulneráveis .....	32
A COVID-19 pode destruir muito do progresso recente na redução da pobreza .....	36
O capital humano é prejudicado pelo encerramento de escolas .....	37
Como apoiar as famílias? .....	39
Referências .....	41
FIGURAS	
Figura 1: Moçambique está a sair-se bem comparativamente aos seus pares regionais .....	3
Figura 2: Espera-se que o crescimento diminua em 2020 mas que recupere gradualmente a médio prazo ...	4
Figura 3 : Produção de carvão contraída p devido ao ela COVID-19 em 2020 .....	4
Figura 4 : ...enquanto a queda da procura interna levou a uma queda acentuada nos serviços e na indústria transformadora .....	4
Figura 5 : ...com o sentimento económico global a deteriorar-se .....	4
Figura 6: Aumentos moderados dos preços de produtos não-alimentares ajudaram a conter a inflação global .....	8
Figura 7: O DCC deverá alargar-se em 2020 .....	9
Figura 8: ...devido ao maior nível de importações .....	9
Figura 9: ... e uma queda na exportação de matérias-primas .....	9
Figura 10: ...apesar de variações favoráveis na taxa de câmbio real .....	9
Figura 11: Níveis elevados de IDE continuam a apoiar a posição externa .....	10

Figura 12: O choque COVID-19 atrasou os esforços de consolidação fiscal .....	14
Figura 13: ...e a resposta à COVID-19 resultou num défice de financiamento significativo .....	14
Figura 14: ...enquanto a contracção do PIB e a depreciação cambial levaram ao aumento dos níveis da dívida externa .....	14
Figura 15: ...e as pressões da dívida interna continuam a ser significativas .....	14
Figura 16: Dívida da ENH pós-COVID .....	18
Figura 17: Dívida da ENH; pós-COVID; sem Rovuma LNG .....	18
Figura 18: As medidas de política têm apoiado o crescimento do crédito .....	22
Figura 19: ...mas o nível de crédito permanece inferior ao nível anterior às dívidas ocultas .....	22
Figura 20: O impacto nas vendas tem sido particularmente severo para as pequenas empresas .....	24
Figura 21: A queda na procura foi o maior constrangimento das empresas .....	25
Figura 22: Os trabalhadores do sector da hotelaria e entretenimento foram os mais afectados .....	26
Figura 23: ...as empresas recorreram a cortes nos custos de mão-de-obra .....	26
Figura 24: Perdas significativas de emprego ocorridas durante a pandemia .....	34
Figura 25: ...levando a declínios no rendimento das famílias .....	34
Figura 26: As perdas de emprego concentraram-se nos serviços, onde a maioria dos pobres está empregada .....	34
Figura 27: As províncias mais pobres foram particularmente afectadas .....	34
Figura 28: As perdas de rendimento foram maiores entre as famílias das províncias mais pobres .....	35
Figura 29: A pobreza irá aumentar mesmo no cenário mais optimista .....	36
Figura 30: A maioria dos empregos urbanos são nos sectores susceptíveis de serem mais duramente atingidos .....	36
Figura 31: Uma grande parte dos empregos de risco é ocupada por pessoas vulneráveis .....	37
Figura 32: Uma queda no consumo poderia resultar num aumento significativo da pobreza urbana .....	37
Figura 33: A mortalidade materna e infantil diminuiu significativamente .....	39

## TABELAS

Tabela 1: Perspectivas de crescimento 2020-2023 .....	5
Tabela 2: Balança de pagamentos .....	11
Tabela 3: Perspectivas externas .....	12
Tabela 4: Finanças governamentais (base de compromisso) .....	16
Tabela 5: Selecção de indicadores prudenciais para bancos nacionais de importância sistémica, 30 de Setembro de 2020 .....	20

## CAIXAS

Caixa 1: Tendências da COVID-19 em Moçambique e a resposta do governo .....	2
Caixa 2: Moçambique precisa de criar as condições adequadas para o início da vacinação .....	6
Caixa 3: Impacto da COVID-19 na carteira de GNL da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) ...	17
Caixa 4: Medidas governamentais tomadas para apoiar o sector financeiro e uma recuperação económica resiliente .....	19
Caixa 5: Medidas de apoio governamental às famílias e às empresas.....	28
Caixa 6: Como irá a COVID-19 afectar a capacidade de Moçambique para atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)? .....	38

# Abreviaturas e Acrónimos

<b>ASS</b>	África Subsariana
<b>BM</b>	Banco de Moçambique
<b>BNI</b>	Banco Nacional de Investimentos
<b>BVM</b>	Bolsa de Valores de Moçambique
<b>CMP</b>	Crédito Malparado
<b>COVID-19</b>	Doença do coronavírus (Corona virus disease) 2019
<b>CTA</b>	Confederação das associações do sector privado
<b>DCC</b>	Défice da Conta Corrente
<b>DSSI</b>	Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida ( <i>Debt Service Suspension Initiative</i> )
<b>ENH</b>	Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
<b>EP</b>	Empresa Pública
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura ( <i>Food and Agriculture Organization</i> )
<b>FDD</b>	Fundo de Desenvolvimento Estatal
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FPC</b>	Facilidade Permanente de Cedência
<b>FPD</b>	Facilidade Permanente de Depósito
<b>GEP</b>	Perspectivas económicas globais (Global economic prospects)
<b>GIEWS</b>	FAO Global Information and Early Warning System
<b>GNL</b>	Gás Natural Liquefeito
<b>HFS</b>	High Frequency Survey
<b>IAE</b>	Índice de Actividade Económica
<b>ICE</b>	Índice de Confiança Económica
<b>IDE</b>	Investimento Directo Estrangeiro
<b>IMV</b>	Imposto sobre mais-valias
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Segurança Social
<b>IOF</b>	Inquérito ao Orçamento Familiar
<b>IPC</b>	Índice de Preços no Consumidor
<b>IRPC</b>	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
<b>LICs</b>	Low-income countries
<b>MEF</b>	Ministério da Economia e Finanças
<b>MIMO</b>	Taxa de juro Taxa do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique
<b>MZN</b>	Novo Metical de Moçambique
<b>ODS</b>	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PMI</b>	<i>Purchasing Managers Index</i>
<b>PPP</b>	Paridade do Poder de Compra ( <i>Purchasing power parity</i> )
<b>PRB</b>	Países de Renda Baixa
<b>UNICEF</b>	<i>United Nations Children's Fund</i>
<b>USD</b>	Dólar dos EUA
<b>WB</b>	Banco Mundial (World Bank)
<b>WDI</b>	World Development Indicators
<b>WEO</b>	Perspectivas Económicas Mundial ( <i>World Economic Outlook</i> )
<b>ZAR</b>	Rande da África do Sul

# Agradecimentos

Esta edição da Actualidade Económica de Moçambique foi elaborada por uma equipa liderada por Fiseha Haile (Economista Sénior, EAEM2). Fizeram também parte da equipa Albert Pijuan (Economista Sénior, EAEM2), Fernanda Ailina Pedro Massarongo Chivulele (Analista de Pesquisa, EAEM2), Anna Carlotta Allen Massingue (Analista de Pesquisa, EAEM2), Julian Casal (Economista Sénior do Sector Financeiro, EAEF2), Ruben Barreto (Consultor, EAEF2), Francisco Moraes Leitão Campos (Economista Sénior, EAEF2), Elena Gaffurini (Consultora, EAEF2), Carlos da Maia (Economista Sénior, EAEPV), Miguel Angel San Joaquin Polo (Economista Sénior da Saúde, HAEH1) Adelina Mucavele (Assistente de Programa, AECS2), e Nani A. Makonnen (Assistente de Programa Sénior, EAEM2). Fiona Hinchcliffe prestou apoio editorial. Os revisores pares foram William G. Battaile (Economista Principal, EAEDR) e José Ernesto Lopez Cordova (Economista Principal, ETIFE). O relatório foi elaborado sob a orientação e supervisão geral de Idah Pswarayi-Riddihough (Director Nacional, AECS2), Mathew A. Verghis (Director Sectorial, EA1M2), e Paulo Guilherme Correa (Líder de Programa e Economista Principal, EACS2).

# Sumário Executivo

## Desenvolvimentos Económicos Recentes.

A COVID-19 continua a espalhar-se globalmente, com uma segunda vaga a reaparecer recentemente. Até ao momento, Moçambique tem sido poupado do pior da pandemia, mas os casos confirmados têm vindo a crescer rapidamente desde o levantamento do Estado de Emergência, no início de Setembro e mais recentemente. O país tomou medidas sem precedentes para conter a propagação do vírus, embora à custa de uma quase paralisação da economia. Nos últimos meses, a economia vem reabrindo de forma gradual, num contexto de significativas pressões socio económicas.

A presente edição da Actualidade Económica de Moçambique explora as implicações da COVID-19 para a economia, empresas e agregados familiares. Oferece recomendações para os próximos passos – a curto prazo na fase de alívio, bem como a médio e longo prazo visando "uma reconstrução melhor".

A pandemia global tem imposto encargos pesados à economia. Em 2020, espera-se que Moçambique venha a registar a sua primeira contracção económica em quase três décadas. A COVID-19 atingiu a economia quando esta tentava recuperar do desaceleração desencadeada pela crise das dívidas ocultas e pelos ciclones tropicais em 2019. O produto interno bruto real (PIB) deverá diminuir 0,8 por cento em 2020, comparativamente a uma estimativa pré-COVID de 4,3 por cento, devido ao decréscimo da procura externa, as implicações que as medidas de confinamento tiveram nas cadeias de abastecimento e na diminuição da procura interna, e o adiamento dos investimentos no sector gás natural liquefeito (GNL).

A COVID-19 pôs em risco anos de ganhos de desenvolvimento arduamente conquistados, projectando-se que cerca de 850.000 pessoas venham a cair na pobreza em 2020 (medida pela linha de pobreza internacional de 1,9 dólares por dia). A pandemia está a retardar ainda mais o já lento progresso de Moçambique no alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destruindo os avanços substanciais obtidos na saúde e educação, entre outros sectores. Embora haja grande incerteza quanto ao percurso da pandemia, espera-se que a economia recupere gradualmente a partir de 2021, à medida que a procura agregada recupera e os investimentos em GNL e produção extractiva adquirem ímpeto. Apesar da recuperação esperada, o desenvolvimento e a implantação generalizada de vacinas COVID-19 estarão no cerne de uma recuperação resiliente. A economia não pode recuperar totalmente enquanto a mobilidade não for restaurada, daí a importância crucial de assegurar um acesso amplo, rápido e comportável às vacinas assim que estas ficarem disponíveis.

Os desafios fiscais são significantes e a crise irá atrasar ainda mais os esforços de consolidação fiscal. O défice orçamental aumentará substancialmente em 2020, em consequência da menor receita fiscal e da despesa associada à COVID-19. Isto ocorre num contexto de elevado níveis de endividamento, massa salarial do sector público crescente e de maiores despesas militares. Moçambique está em situação de sobreendividamento, prevendo-se que o rácio da dívida sobre PIB aumente este ano devido ao efeito da depreciação monetária e da queda do PIB. Quando se verificar o recuo da crise provocada pela COVID-19, a consolidação fiscal será crucial para gerar o espaço necessário para medidas de recuperação. Serão essenciais progressos adicionais na melhoria da gestão e da transparência da dívida, juntamente com a sua

reestruturação, para melhorar a sustentabilidade da dívida.

Por fim, o abrandamento do investimento directo estrangeiro e das entradas de capital aumentou as pressões externas. O défice da conta corrente aumentará acentuadamente este ano devido ao mau desempenho das exportações e ao aumento das importações de serviços relacionados com o GNL. A desaceleração económica dos principais parceiros comerciais e a queda dos preços dos produtos de base são fontes primordiais de risco externo. Além disso, se não for controlado, o influxo significativo de moeda estrangeira para financiar projectos de GNL nos próximos anos poderá minar a competitividade externa de Moçambique.

## A COVID-19 está a afectar empresas e agregados familiares

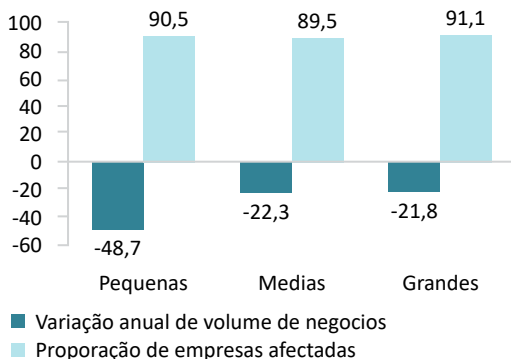
Como um pouco por toda a parte, as empresas, trabalhadores e famílias em Moçambique estão a resentir-se do impacto económico da pandemia. A COVID-19 causou uma súbita perda de rendimentos de empresas e agregados familiares, agravando as condições de vida, em especial entre os pobres urbanos, envolvidos no sector informal. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, em Junho de 2020, cerca de 120.000 empregos tinham sido perdidos e 62.000 contratos de trabalho suspensos, afectando sobretudo as mulheres. Cerca de 2,9 por cento das empresas afectadas foram obrigadas a cessar a sua actividade. A região norte, actualmente confrontada com uma insurreição em escalada, sofreu um encerramento temporário ou permanente de 38 por cento das empresas. A capacidade das empresas para responder a choques tão grandes é muito limitada em Moçambique. O tempo de sobrevivência das empresas na ausência de receitas é curto, estimado entre 6 a 10 semanas. Embora o impacto seja significativo em todos os sectores, as pequenas empresas são as mais afectadas.

Embora quase nenhum sector tenha sido poupado, as actividades de serviços estão a ser as mais duramente atingidas. A indústria do turismo e da hotelaria sofreu um declínio acentuado



### O impacto no volume de vendas tem sido particularmente severo nas pequenas empresas

Empresas formais: Variação percentual do volume de vendas no primeiro semestre de 2020 (termos homólogos)



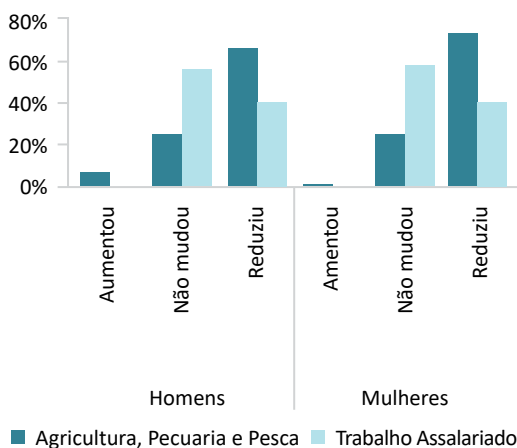
Nota: Y-o-Y: termos homólogos, comparando o primeiro semestre de 2020 com o mesmo período

Fonte: Baseado no INE (2020b).



### Os agregados familiares sofreram perdas substanciais de rendimento

Percentagem de famílias que declaram alterações no rendimento desde o surto da COVID



Fonte: Corpo técnico do Banco Mundial baseado em IAF

nas receitas, tendo cerca de 7,5 por cento das empresas cessado operações até Junho de 2020. O sector dos transportes também registou grandes perdas. Além disso, o sector extractivo (nomeadamente a indústria do carvão) registou uma queda acentuada na produção.

Os agregados familiares estão a sentir os impactos da COVID-19 através da perda de rendimentos e de emprego. Isto afecta particularmente as famílias urbanas de baixos rendimentos,

envolvidas em serviços formais e informais. A perda de empregos têm minado a segurança alimentar, com mais de 50 por cento das famílias urbanas a ficarem alegadamente sem alimentos, contudo as famílias rurais tem sido menos afectadas. Isto poderá retardar a redução da pobreza urbana. Além disso, o encerramento das escolas para combater a COVID-19 pode travar o progresso na edificação do capital humano.

## Como responder?

Moçambique adoptou políticas em grande medida semelhantes às de outros países da região, mas questões de concepção e implementação afectaram a sua eficácia. Com o desenrolar da pandemia, o governo aumentou as despesas sociais prioritárias e alargou a cobertura às famílias mais afectadas pelo choque. O Banco de Moçambique tomou várias medidas de estímulo, incluindo a redução da taxa de política monetária, provisão uma linha de crédito em moeda estrangeira, e medidas para assegurar a estabilidade do sector financeiro. Embora as autoridades tenham apoiado as empresas através de linhas de crédito com desconto, os fundos foram muito insuficientes para satisfazer a procura e aliviar as dificuldades financeiras das empresas. Foram também tomadas medidas pelos bancos comerciais para reestruturar os empréstimos existentes, alargando os prazos de vencimento e oferecendo períodos de carência sobre o capital de empréstimo. Além disso, foram tomadas medidas fiscais para apoiar as pequenas empresas, mas o seu impacto foi limitado devido aos critérios de elegibilidade demasiado restritivos. Em geral, as medidas ou foram insuficientes ou foram dificultadas por estrangulamentos processuais. O apoio directo (transferências) não esteve entre as medidas tomadas e o apoio governamental não foi condicionado à preservação dos postos de trabalho.

O caminho para uma recuperação resiliente e inclusiva será longo. A curto prazo, as medidas de apoio às empresas viáveis devem de ser reforçadas. Quando existir uma vacina disponível, devem ser dirigidos esforços no sentido da sua colocação eficaz no terreno, para garantir que a aplicação não exerça uma grande pressão sobre um sistema de saúde já em si sobrecarregado. À medida que a pandemia se for atenuando, a agenda de reformas estruturais terá de ser

reavivada. O foco deverá ser colocado nas empresas mais afectadas pela crise e que eram economicamente viáveis antes da crise. A curto prazo, será fundamental dar apoio direccionado às empresas – como subsídios ao emprego – para encorajar a retenção de trabalhadores e minimizar os despedimentos. O apoio a empresas anteriormente viáveis deverá ser condicionado à protecção do emprego para minimizar a perda de capacidade produtiva e maximizar a relação custo-eficácia das políticas. O governo deveria também considerar o alargamento da moratória relativa ao pagamento de impostos a um conjunto mais alargado de pequenas empresas, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento. Na fase de recuperação, deverão existir políticas de apoio à transformação económica e à criação de emprego, especialmente para os jovens.

Os programas de protecção social devem ser intensificados, e incluir assistência alimentar, para apoiar os empresários informais (independentes). São também necessárias intervenções direccionadas para apoiar as mulheres e aliviar as desigualdades de género existentes, incluindo intervenções para expandir o acesso a financiamento e meios de produção, e aproveitar o poder da tecnologia móvel. Depois de reabertas as escolas serão necessárias medidas para encorajar as crianças a regressar às aulas. Tais medidas poderão incluir transferências monetárias pontuais sujeitas a uma nova matrícula e frequência das aulas.

A um prazo mais longo, Moçambique precisa de se afastar do actual modelo de crescimento impulsionado por megaprojectos no sentido de uma diversificação da economia mais interligada e competitiva. O crescimento tem de ser tornado mais inclusivo por via de uma melhor afectação de recursos aos serviços, à indústria transformadora em pequena escala, e ao agronegócio. O impacto no desenvolvimento possibilitado pelas receitas provenientes dos recursos poderia ser maximizado através de programas de investimento público mais bem direccionados para áreas subservidas e de poupanças para as gerações futuras. Do lado fiscal, esforços para melhorar a mobilização de receitas, combinados com medidas para aumentar a eficiência das despesas e racionalizar a remuneração da função pública, contribuirão para satisfazer as necessidades de desenvolvimento, mantendo a sustentabilidade fiscal.

# Parte Um: Desenvolvimentos Económicos Recentes e Perspectivas

## Crescimento Económico

*Em 2020, a economia moçambicana irá registar a sua primeira contracção em quase três décadas, devido à redução da procura interna e ao atraso dos investimentos em gás natural liquefeito (GNL) em resultado da COVID-19.*

**Espera-se que a economia de Moçambique contraia pela primeira vez em 28 anos.** A pandemia global atingiu o país na altura em que este se esforçava por recuperar o abrandamento económico desencadeado pela crise da dívida oculta e pelos ciclones tropicais em 2019. O crescimento reduziu acentuadamente de uma média de 8 por cento em 2001-2015 para 3 por cento em 2016-2019. Em 2020, a fraca procura global, os preços baixos das matérias-primas e as medidas rigorosas para conter o vírus resultaram num declínio do comércio e na diminuição do consumo interno, com uma contracção da produção de 3,3 por cento no segundo trimestre e de 1.1 por cento no terceiro trimestre (em termos homólogos). Além disso, os choques do preço do petróleo e as condições desfavoráveis do mercado financeiro atrasaram o projecto de gás natural liquefeito (GNL) do Rovuma. Em consequência, estima-se que o PIB real diminua 0,8 por cento este ano (Figura 2),

comparativamente a uma estimativa pré-COVID de 4,3 por cento.

**Embora o governo tenha tomado medidas importantes para responder ao surto (Caixas 1, 3 e 5), a contracção económica teve um impacto significativo nas famílias e empresas.** Um inquérito recente do Instituto Nacional de Estatística, abrangendo cerca de 90.000 empresas, estimou que, em Junho de 2020, as perdas de receitas das empresas representavam 7 por cento do PIB, cerca de 120.000 postos de trabalho tinham sido perdidos, e cerca de 62.000 contratos de trabalho tinham sido suspensos.<sup>1</sup> Estima-se que o rendimento *per capita* desça de USD 519 em 2019 para USD 461 em 2020, elevando a taxa de pobreza de 62,5 para 64,0 por cento. Isto significa que cerca de mais 850.000 pessoas resvalariam para a pobreza em 2020, consoante medido pelo limiar internacional de pobreza (1,9 USD PPP por dia) (Ver Parte 2).

**Espera-se que a agricultura e os serviços públicos sejam os únicos sectores que poderão contribuir para o crescimento em 2020.** As condições climatéricas favoráveis ajudaram a produção agrícola a recuperar do impacto dos ciclones tropicais, tendo a produção aumentado 3 por cento no terceiro trimestre de 2020, em comparação com o mesmo período em 2019.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> INE (2020b).

<sup>2</sup> A taxa de crescimento no terceiro trimestre de 2020 foi significativamente superior ao declínio de -1,9 por cento registado no mesmo período de 2019 e ao crescimento de 2 por cento em 2018.

Embora a produção dos serviços públicos tenha registado uma contracção durante o mesmo período, prevê-se que tal seja compensado pela expansão da capacidade sanitária e programas de protecção social relacionados com a resposta da COVID-19.<sup>3</sup> A resposta do governo à COVID-19, combinada com gastos militares adicionais para combater os insurgentes no norte e centro do país, deverá impulsionar o aumento da actividade no sector público.

**O sector extractivo está a enfrentar dificuldades face aos baixos preços das matérias-primas, à queda da procura mundial e à baixa produção.** O sector já enfrentava dificuldades mesmo antes da COVID-19 por causa da redução da capacidade de produção na principal unidade de carvão devida a dificuldades operacionais. Esta situação foi agravada pelas perturbações nas cadeias de oferta globais e pelos preços mais baixos das matérias-primas, resultando num forte declínio na produção extractiva de Moçambique. A

produção de carvão diminuiu 40 por cento no terceiro trimestre de 2020 (variação homóloga) (Figura 3). Com a acumulação de stocks devido a vendas atenuadas, a Vale do Rio Doce, o operador da maior mina de carvão do país, suspendeu temporariamente a produção em Junho de 2020. Como resultado, espera-se que a indústria extractiva venha a contrair-se 12 por cento em 2020, tendo já registado um crescimento negativo de 1 por cento em 2019.

**O declínio da procura interna que se seguiu à introdução de medidas de confinamento limitou os serviços do sector privado e a produção industrial.** A produção dos serviços do sector privado, que tinha vindo a recuperar nos dois anos anteriores (Figura 4), caiu 3 por cento no terceiro trimestre de 2020, no seguimento de uma queda de 5 por cento no segundo trimestre (Figura 5). A produção no sector da hotelaria e restauração diminuiu 31 por cento devido a restrições de viagens e medidas de distanciamento social.

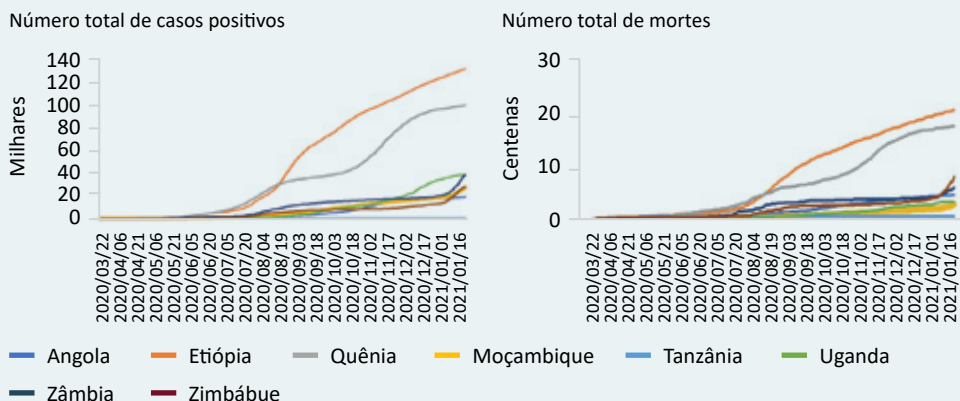
**Caixa 1: Tendências da COVID-19 em Moçambique e a resposta do governo**

Moçambique registou o seu primeiro caso de COVID-19 em 22 de Março de 2020. No final do mês de Dezembro o número de casos positivos atingiu mais de 18.5 mil. Contudo, dada a fraca capacidade de testagem, os números oficiais podem subestimar o verdadeiro número de infecções. O país está a sair-se relativamente bem no controlo do vírus (Figura 1). Até o final de 2020, cerca de 90 por cento do total de casos positivos registados tinha recuperado, e a taxa de mortalidade foi relativamente baixa, tendo sido registadas

cerca de 166 mortes.

No entanto, o número de casos positivos tem estado a aumentar a uma taxa crescente. Na primeira quinzena de Janeiro o numero total de casos de casos positivos diagnosticados atingiu quase 30 mil. Sendo que mais de 40 por cento foram registados nos últimos 45 dias. De acordo com o Instituto Nacional de Saúde (INS), Moçambique tem actualmente uma das taxas de reprodução mais rápidas em África.

<sup>3</sup> As autoridades pretendem expandir os serviços sociais em 2020 de forma a incluir apoio financeiro às famílias e empresas afectadas pela crise pandémica, aumentando o número de beneficiários de transferências monetárias de cerca de 600.000 em 2019 para mais de 1 milhão.

**Figura 1: Moçambique está a sair-se bem comparativamente aos seus pares regionais**

Fonte: COVID-19 Data Repository by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University.

Moçambique declarou Estado de Emergência (EM) no dia 1 de Abril de 2020, tendo prolongado até Agosto de 2020. Desde de Setembro de 2020, o país encontra-se em Estado de Calamidade de Saúde Pública (ECSP). As principais características do EM e ECSP incluem o seguinte:

- Medidas de prevenção e mitigação da pandemia, com destaque para o uso de máscaras, limitação de aglomerações públicas, incluindo o número de passageiros permitidos nos transportes públicos.
- Funcionamento condicionado de estabelecimentos públicos e privados em linha com as necessidades de prevenção e mitigação de COVID-19.
- Campanhas de informação sublinhando a necessidade de lavagem das mãos e o

uso de máscaras;

- Encerramento das fronteiras ao tráfego excepto de mercadorias; suspensão de viagens e da emissão de vistos até Setembro de 2020.
- Reforço da capacidade de resposta do sector da saúde.

O país continua sob o ECSP. Mas desde finais de Outubro, o Presidente anunciou a retoma da emissão de vistos turísticos e o fim da necessidade de quarentena para aqueles que chegam ao país com um teste da COVID-19 negativo. Entretanto, nos primeiros meses do ano 2021, devido ao número crescente de casos de COVID-19, o governo reforçou algumas medidas de distanciamento social, incluindo a limitação de aglomerados públicos, restrição de horário de circulação e encerramento de actividades consideradas não essenciais.

### O abrandamento da actividade reflecte-se nos indicadores económicos, que atingiram mínimos históricos no segundo trimestre de 2020.

O *Purchasing Manager's Index* (PMI), um indicador da percepção das empresas privadas sobre as condições de mercado, atingiu uma média de 45,8 pontos nos primeiros dez meses do ano, tendo caído para um mínimo de 37 pontos em Abril,

contra uma média de 51 pontos em 2019.<sup>4</sup> O Índice de Clima Económico (ICE), que avalia o sentimento empresarial, caiu para o menor valor em 16 anos em Junho, com a deterioração das expectativas relativas à procura, preços e emprego.<sup>5</sup> De acordo com o Índice de Actividade Económica (IAE), os sectores do turismo e dos transportes sofreram o declínio mais acentuado da actividade em Junho.

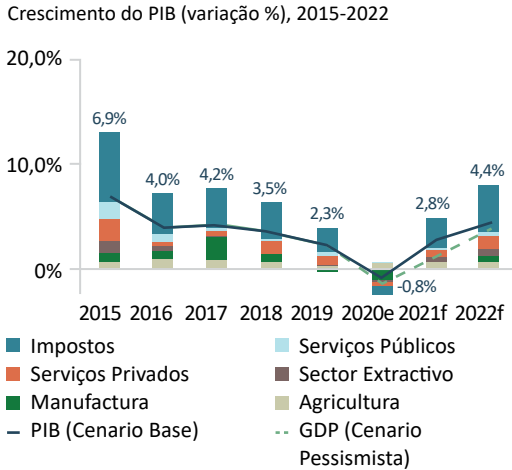
<sup>4</sup> O Purchasing Managers' Index™ (PMI), publicado pelo Standard Bank, é a média ponderada dos cinco índices seguintes: novas encomendas (30 por cento), produção (25 por cento), emprego (20 por cento), prazos de entrega dos fornecedores (15 por cento) e stocks de compras (10 por cento). O PMI de Moçambique abrange cerca de 400 empresas privadas nos sectores da agricultura, mineração, indústria transformadora, construção, venda a grosso e venda a retalho. Valores do PMI abaixo dos 50 por cento indicam uma contracção da actividade económica.

<sup>5</sup> O ICE é publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A sua avaliação das expectativas das empresas baseia-se na procura, preços, expectativas de emprego e emprego real. O índice abrange empresas do sector não financeiro, especificamente da indústria transformadora, construção, transportes, comércio, e outros serviços não financeiros.

A actividade da indústria transformadora também caiu, apresentando uma queda acentuada nos preços, produção e volume de negócios no primeiro semestre de 2020.<sup>6</sup> Apesar da relativa

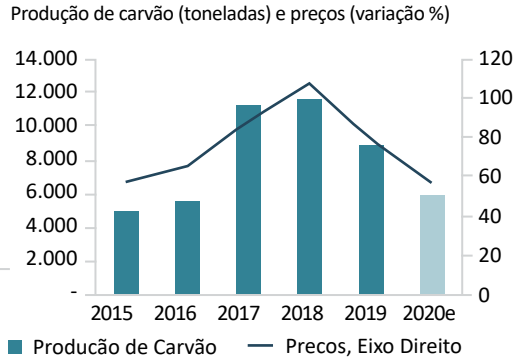
recuperação observada os últimos meses do ano, os índices de actividade económica para estes sectores ainda se encontram muito abaixo dos níveis de 2019.

**Figura 2: Espera-se que o crescimento diminua em 2020 mas que recupere gradualmente a médio prazo**



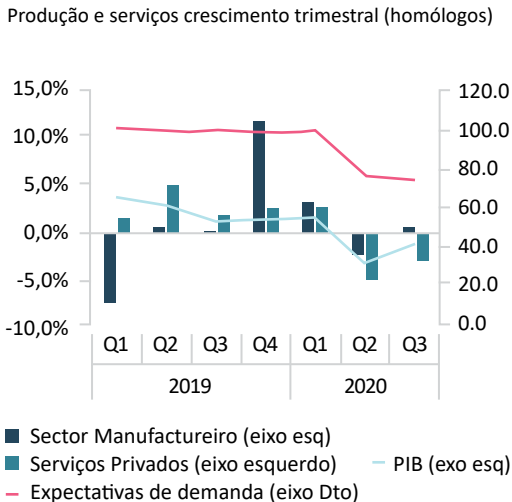
Fonte: Dados do INE, vários anos; Estimativas do corpo técnico do Banco Mundial

**Figura 3: Produção de carvão contraída devido ao COVID-19 em 2020...**



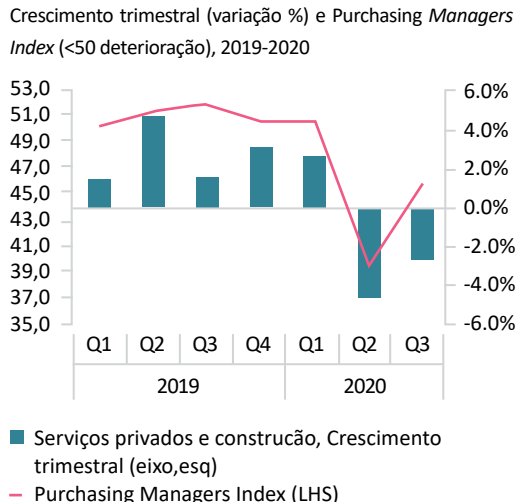
Fonte: Vale Do Rio Doce (Moçambique); Previsão de preços do Banco Mundial e estimativas do corpo técnico do Banco Mundial

**Figura 4: ...enquanto a queda da procura interna levou a uma queda acentuada nos serviços e na indústria transformadora**



Fonte: Dados do INE, vários anos; estimativas do corpo técnico do Banco Mundial

**Figura 5: ...com o sentimento económico global a deteriorar-se**



Fonte: IHS Markit (2019, 2020); dados do INE, vários anos

<sup>6</sup> O IAE é também publicada pelo INE. É um índice mensal que retrata o desempenho das empresas em termos de volume de negócios, emprego e remunerações. Abrange a indústria transformadora, a extractiva, energia, comércio, transportes, hotéis, restaurantes e outros serviços.

**Prevê-se que o crescimento venha a recuperar a médio prazo, assumindo uma retoma da procura global, um estímulo adicional dos projectos de GNL e o surgimento de uma vacina contra a COVID-19 em 2021.**

**A economia poderá recuperar gradualmente nos próximos anos à medida que a procura global de matérias-primas e a procura interna de serviços recuperem, e os investimentos em GNL ganhem ímpeto.** As projecções de crescimento são avaliadas sobre dois cenários dependendo do impacto da COVID-19. Embora os dois cenários considerem uma recuperação económica a partir de 2021, o cenário base olha para os impactos de um surto severo, mas controlado. Nesta perspectiva, o

crescimento económico é projectado em 2,8 e 4,4 por cento em 2021 e 2022, respectivamente. A trajectória de crescimento projectada pressupõe o aumento da procura global com impacto positivo sobre as exportações, e que o lançamento de uma vacina contra a COVID-19 em 2021 que permitirá a normalização da circulação de pessoas e a retoma da actividade económica nos sectores afectados pelo distanciamento social. Um estímulo adicional é expectável a medida que o desenvolvimento de projectos de GNL progredir, o que vai suportar a actividade do sector privado, especialmente em sectores com ligações a indústria GNL como é o caso dos transportes, imobiliário e manufactura. A trajectória de recuperação poderá acelerar em 2023 com o início da produção do GNL.

**Tabela 1: Perspectivas de crescimento 2020-2023**

PIB real, Δ%	2020e	2021p	2022p	2023p
Cenário de base	-0,8	2,8	4,4	6,3
Cenário pessimista	-1,4	1,4	3,8	6,2

Fonte: Estimativas do pessoal do Banco Mundial. e = estimativa; p = projecção

**As perspectivas estão sujeitas a riscos significativos de degradação das condições.** Visto que o número de casos de COVID-19 continua a crescer no país e os principais parceiros comerciais atravessam uma segunda vaga da doença, medidas de distanciamento social mais rigorosas poderiam restringir ainda mais a procura interna e externa. A entrada numa trajectória de recuperação exigirá o lançamento efectivo de uma vacina contra a COVID-19 (Caixa 2) e o reforço do apoio às famílias e às empresas viáveis afectadas pela crise (ver Parte 2 nesta Actualização Económica). Isso deverá ser complementado com o reforço das campanhas de sensibilização de suporte ao levantamento das medidas de confinamento. A incapacidade de realizar uma campanha eficaz de contra-insurgência em Cabo Delgado pode colocar dificuldades adicionais ao desenvolvimento das instalações de GNL pelas corporações multinacionais de energia, ao mesmo tempo que colocaria mais pressões nas políticas fiscal e monetária.

**Os riscos de degradação das condições podem**

**conduzir a uma contração mais acentuada da economia, na ordem de -1,4 por cento em 2020.**

Sob o cenário pessimista, o crescimento atingiria 1,4 por cento em 2021, inferior aos 2,8 por cento previstos no cenário base. Este cenário pressupõe que atrasos no lançamento da vacina nos mercados avançados, emergentes e nas economias em desenvolvimento vão retardar a recuperação da procura global e dos preços das *commodities*, afectando negativamente as exportações do país. Além disso, choques dos preços do petróleo, as condições desfavoráveis dos mercados financeiros e a instabilidade militar continuariam a atrasar os investimentos de GNL. Na perspectiva de produção, a agricultura e o sector manufactureiro registariam uma performance mais fraca em 2021 relativamente ao cenário base, e o sector de serviços continuaria numa trajectória decrescente devido a demanda agregada deprimida. Este cenário poderia levar a uma maior deterioração dos agregados macro fiscais e dos padrões de vida.<sup>7</sup> Com o crescimento populacional de 2,8 por cento, o PIB *per capita* poderia cair de USD 520

<sup>7</sup> *Ceteris paribus*, em 2020, os níveis da dívida pública total aumentariam 1 ponto percentual para 122 por cento do PIB no cenário negativo e o défice global aumentaria quase 10 pontos base, para 8,4 por cento do PIB.

em 2019 para USD 460 em 2020. Além disso, tal como indicado pela Organização Meteorológica Mundial, Moçambique tem sido afectado por ciclones tropicais em 2021, em caso de impactos

significativos, poderão cair por terra as projecções de recuperação do crescimento económico em 2021, dado que são parcialmente impulsionadas pelo sector agrícola.

**Caixa 2: Moçambique precisa de criar as condições adequadas para o início da vacinação**

**Houve enormes progressos no desenvolvimento de uma vacina contra a COVID-19 nos últimos meses.** Várias vacinas candidatas deram resultados promissores, acima dos 90 por cento. Foram estabelecidas iniciativas globais como o COVAX – um empreendimento multilateral para assegurar a aquisição e distribuição da vacina em países de baixo e médio rendimento. O COVAX procura assegurar até 20 por cento de cobertura da vacina gratuitamente, concentrando-se nos trabalhadores da linha de frente e nas populações vulneráveis. O Banco Mundial contribuirá com financiamento adicional para expandir esta cobertura e reforçar os sistemas necessários para fornecer e distribuir a vacina. Moçambique irá beneficiar destas iniciativas.

**No entanto, subsistem múltiplos desafios.** O país irá enfrentar muitos desafios institucionais e logísticos na implementação de uma campanha de vacinação em tão grande escala. De acordo com as estimativas preliminares do Banco Mundial, os custos da vacina (incluindo transporte e distribuição) em Moçambique poderão atingir cerca de 260 milhões de dólares americanos. Ainda não é claro se a vacina seleccionada irá exigir condições especiais da cadeia de frio. As vacinas mais eficazes requerem armazenamento a temperaturas inferiores a -80°C, para as quais não existe capacidade em Moçambique. Está actualmente em curso uma avaliação rápida para determinar estas restrições logísticas e a forma como os financiadores podem apoiar o lançamento da vacina. A identificação dos grupos vulneráveis também não é assunto trivial, num contexto em que o diagnóstico de co-morbidades é um desafio. O alcance subsequente a estes pacientes é também um constrangimento que pode exigir abordagens diferentes da abordagem normal de administração por hospitais ou instalações de saúde. Houve já relatos de serviços essenciais

afectados, levando a uma morbilidade e, presumivelmente, a uma mortalidade que pode exceder a causada apenas pelo vírus da COVID-19. O sistema de saúde precisa de ser reforçado em termos de planeamento, orçamentação e recursos humanos para se proceder a uma vacinação eficaz.

**As áreas essenciais de actividade para apoiar a compra e administração de vacinas incluem:** (i) planeamento e gestão, incluindo a identificação das populações-alvo e o desenvolvimento de microplanos para promover o acesso equitativo às vacinas; (ii) fornecimento e distribuição: compra de vacinas e materiais de vacinação, gestão logística e requisitos da cadeia de frio; (iii) implementação: criação de consciencialização comunitária e vigilância da segurança das vacinas; (iv) sistemas e infra-estruturas de apoio, incluindo o reforço dos dados e sistemas de monitorização existentes e a melhoria das infra-estruturas básicas das unidades de saúde primária.



**A implementação da vacina é necessária, mas deve ter em conta o sistema de saúde já sobrecarregado.** Outras actividades

que precisam de ser reforçadas são: (i) desenvolvimento e reforço das capacidades descentralizadas de vigilância laboratorial, incluindo equipamento de laboratório, reagentes de teste, produtos essenciais, e apoio à formação de pessoal; (ii) garantia de uma preparação em termos de gestão

adequada de casos positivos através da afectação de pessoal a centros de isolamento e da aquisição de equipamento, incluindo raios-X, ventiladores e monitores do ritmo cardíaco; e (iii) fornecimento de equipamento de protecção pessoal às instalações de saúde e pessoal de laboratório em todo o país.

**Os desafios a médio prazo incluem contrariar o impacto a longo prazo da pandemia no crescimento potencial e promover a diversificação económica,** recorrendo aos ganhos do sector do GNL para apoiar o crescimento inclusivo e a criação de emprego, nomeadamente para os jovens. Para além dos efeitos a curto prazo, o impacto da COVID-19 no capital humano, investimento, comércio, e prestação de serviços públicos pode deixar cicatrizes duradouras na produção potencial. As políticas económicas devem concentrar-se em estimular os fundamentos do crescimento, trazendo ao mesmo tempo a diversificação e a resiliência a choques para o centro das atenções. O governo pode alcançar estes objectivos através de, entre outros aspectos, políticas que melhorem as ligações locais com a indústria do GNL e uso dos ganhos do GNL para promover o crescimento inclusivo. Tais políticas incluem o investimento em capital humano e físico e o apoio ao desenvolvimento de outros sectores, especialmente serviços, transformação de pequena escala e agronegócio. Moçambique tem de diversificar o seu foco para além de duas vertentes, em megaprojectos intensivos em termos de capital e agricultura de subsistência de baixa produtividade, para uma economia mais interligada e competitiva. É também essencial reforçar a gestão económica para evitar os efeitos adversos dos grandes influxos de moeda estrangeira previstos para os investimentos de GNL e assegurar um compromisso contínuo com a estabilidade macroeconómica.

**É essencial entrar num caminho de crescimento orientado para a produtividade – que cria mais e melhores empregos, e mais inclusivos – incluindo para as pessoas de menores rendimentos e menos qualificadas.** A agenda do Emprego e Transformação Económica (ETE)

oferece um quadro de política para traçar o rumo de uma recuperação estável em Moçambique no período pós-COVID-19.<sup>8</sup> A agenda assenta em dois pilares: criar mercados, correspondentes ligações, formação e ligar os trabalhadores aos empregos. A implementação eficiente destas políticas permitiria às economias africanas recuperar mais rapidamente e prosperar no mundo pós-COVID-19.

**É fundamental proteger a economia contra cicatrizes profundas e uma perda dispendiosa do PIB potencial.** Devem ser canalizados recursos para empresas anteriormente viáveis. Como discutido na Parte 2, as empresas moçambicanas têm um fluxo de caixa insuficiente para se manterem à tona durante longos períodos. Se a crise for prolongada, as empresas viáveis poderão ir à falência. Isto pode levar a uma perda de capacidade de produção, que pode demorar muito tempo a recuperar. Por isso, as intervenções para apoiar o sector privado devem ter em consideração a relevância de uma selecção de sectores e empresas para o crescimento potencial.

**O fim da insurgência militar na província de Cabo Delgado é crucial para uma recuperação económica sustentada.** O país continua na encruzilhada de um conflito militar perpetrado por insurgentes ligados ao Estado Islâmico, que começou em 2017. Desde o seu início, este conflito já custou ao país mais de 2 mil vidas e originou cerca de 500 mil deslocados. Isto tem contribuído para acentuar os níveis de pobreza e vulnerabilidade em Cabo Delgado, província esta que de acordo com os dados de IOF2014/15 já era uma das mais pobres do país. Adicionalmente, a concentração de ataques próximo da área operacional dos projectos GNL tem afectado o seu progresso, que é crucial para a recuperação económica do país. Além disso, a despesa pública,

<sup>8</sup> Banco Mundial (2020e).

já antes pressionada pela componente corrente, tem se ressentido da necessidade de fazer face às despesas militares.

## Taxa de Câmbio e Inflação

*A inflação tem, em geral, sido contida dada a queda acentuada da procura interna, apesar da contínua depreciação cambial.*

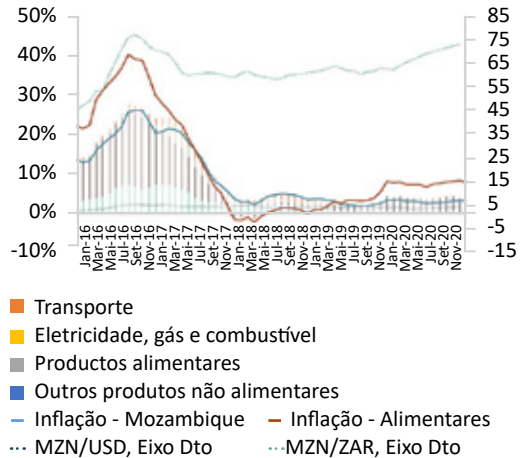
A inflação foi de 3,5 por cento em Dezembro de 2020 (termos homólogos), reflectindo uma fraca procura e preços mais baixos dos combustíveis. A inflação dos produtos alimentares, que representa um pouco menos de um terço do cabaz do índice de preços no consumidor (IPC), aumentou 8,2 por cento (termos homólogos) em Agosto (Figura 6). A elevada inflação dos produtos alimentares deve-se a uma combinação de factores, incluindo dificuldades no abastecimento de insumos a partir da África do Sul nas fases iniciais da pandemia, rupturas nas cadeias de oferta agro-alimentar nacionais durante o Estado de Emergência, e uma depreciação do metical em relação ao dólar americano. Contudo, os preços mais baixos dos combustíveis e a flexibilização das restrições comerciais ajudaram a atenuar as pressões inflacionistas. A inflação média fechou em 3.1 por cento em Dezembro de 2020, relativamente acima dos 2.8 por cento registados em 2019.

A taxa de câmbio nominal do USD em relação ao Metical, um importante determinante da inflação, depreciou-se em 18 por cento entre Janeiro e Novembro de 2020. A depreciação foi determinada pelo declínio das exportações, dos fluxos de investimento e da absorção interna. Contudo, o efeito deflacionista da queda da procura mais do que compensou as pressões crescentes da depreciação. Uma taxa de câmbio mais estável entre o rand da África do Sul, um parceiro comercial chave, e o metical ajudou a estabilizar a inflação. A médio prazo, à medida que a economia recupera da crise e os projectos de GNL avançam, espera-se que a inflação aumente e que o metical se aprecie devido aos grandes influxos de investimento esperados. Ainda assim, a inflação permaneceria de um único dígito, reflectindo uma política monetária prudente e uma recuperação gradual da procura.



**Figura 6: Aumentos moderados dos preços de produtos não-alimentares ajudaram a conter a inflação global**

Contribuição para a inflação (%), eixo da esquerda), taxa de câmbio ZAR/MZN e USD/MZN (eixo da direita), 2016-2020



Source: Estimativas do corpo técnico do Banco Mundial com base em dados do INE

## Sector Externo

*O défice da conta corrente (DCC) de Moçambique deverá aumentar significativamente em 2020 devido ao mau desempenho das exportações e ao aumento acentuado das importações de serviços relacionados com o GNL.*

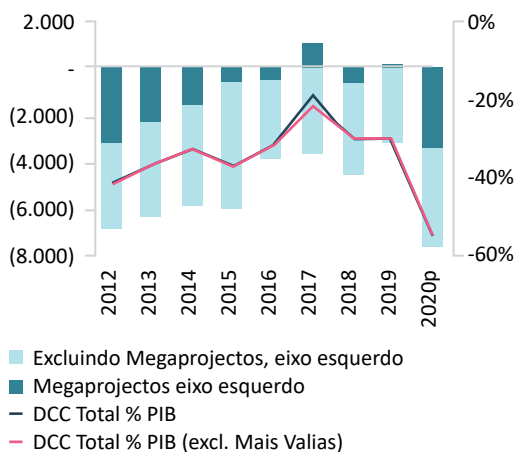
O DCC, excluindo as receitas das mais-valias, deverá aumentar de 25,5 por cento do PIB em 2019 para 54 por cento em 2020 (Figura 7). O DCC aumentou 28 por cento nos primeiros nove meses de 2020 (termos homólogos), reflectindo os efeitos combinados de uma queda nos volumes de exportação e nos preços das matérias-primas (Figura 7). O investimento directo estrangeiro (IDE), essencialmente para megaprojectos de GNL, financiou cerca de 43 por cento do DCC nos primeiros nove meses do ano. Isto, juntamente com os empréstimos externos privados, ajudou a manter reservas internacionais brutas equivalentes a sete meses de importações (excluindo as importações de megaprojectos) em Novembro. Prevê-se que as importações de serviços de megaprojectos mais do que dupliquem em 2020 (Figura 8). O défice da balança corrente dos megaprojectos

deverá aumentar para 24,5 por cento do PIB em 2020, comparativamente a um excedente de 1 por cento em 2019. O défice sem megaprojectos está previsto em 39,5 por cento do PIB em 2020, acima dos 26 por cento em 2019, reflectindo principalmente uma contracção nas exportações agrícolas

e industriais (Tabela 2). Prevê-se um défice de financiamento externo de 6 por cento do PIB em 2020, que deverá ser financiado pelo apoio orçamental por parte dos doadores, pela suspensão do serviço da dívida (DSSI), e poupanças provenientes de receitas e reservas de mais-valias do passado.

**Figura 7: O DCC deverá alargar-se em 2020...**

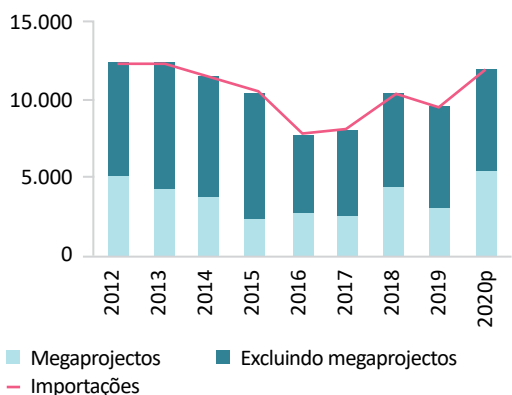
Saldo da conta corrente (milhões USD, eixo esquerdo), e % do PIB (eixo direito), 2011-20



Fonte: Dados do BM, vários anos; estimativas do corpo técnico do Banco Mundial.

**Figura 8: ...devido ao maior nível de importações**

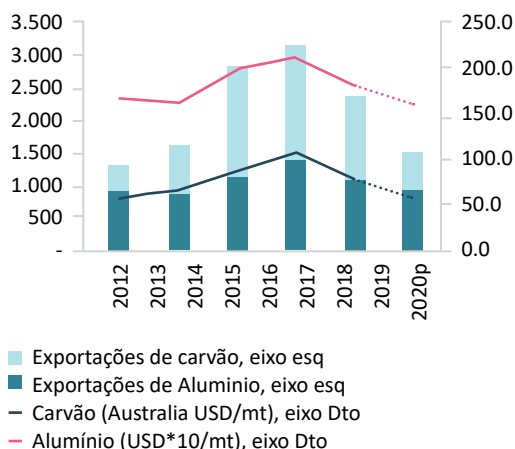
Importações de bens e serviços (milhões USD), 2011-20



Fonte: Dados do BM, vários anos; estimativas do corpo técnico do Banco Mundial.

**Figura 9: ... e uma queda na exportação de matérias-primas**

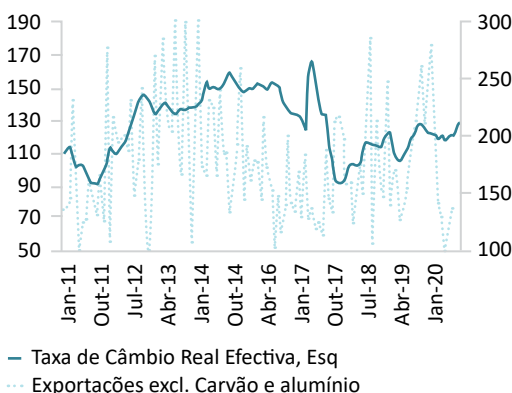
Exportações (milhões USD) e índice de preços (2005 = 100), de bens essenciais, 2016-19



Fonte: Dados do BM, vários anos; estimativas do corpo técnico do Banco Mundial, Previsão de Preços de Mercadorias do Banco Mundial.

**Figura 10: ... apesar de variações favoráveis na taxa de câmbio real**

Índice da taxa de câmbio efectiva (2010 = 100) e exportações (milhões USD), 2011-19



Fonte: Estimativas do corpo técnico do Banco Mundial com base em dados do BM e do INE.

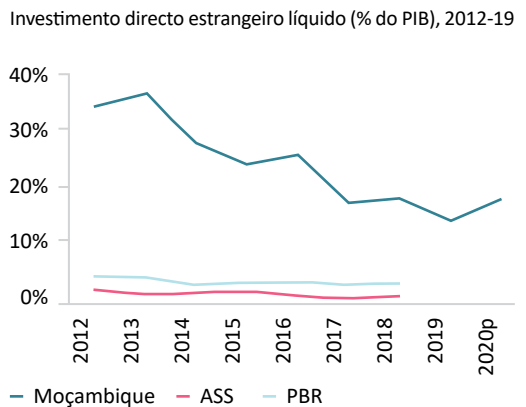
**Apesar dos movimentos favoráveis da taxa de câmbio real (TCR), em 2020 as exportações de commodities foram duramente atingidas pela menor procura global e pelo declínio dos preços devido à COVID-19.** A TCR de Moçambique situa-se actualmente muito abaixo dos níveis históricos (Figura 10), o que favorece a competitividade das exportações. Porém, as exportações de matérias-primas contraíram-se 26 por cento nos primeiros nove meses do ano em comparação com o mesmo período do ano anterior, reflectindo menor procura e preços dos produtos de base cruciais para exportação e a disrupção na produção de carvão. Em conjunto, o carvão e o alumínio representam cerca de 50 por cento das exportações mas registaram quedas significativas nos seus preços em 2020 (Figura 9). Os preços do carvão no final de Outubro de 2020 eram 21 por cento mais baixos do que no mesmo período de 2019, enquanto os preços do alumínio caíram 11 por cento durante o mesmo período. As exportações de carvão diminuíram 53 por cento nos primeiros nove meses de 2020 em comparação com o mesmo período do ano passado, prevendo-se que contraiam 64 por cento em 2020. Do mesmo modo, as exportações de lingotes de alumínio caíram 8 por cento no mesmo período, esperando-se que diminuam 17 por cento em 2020. As exportações não ligadas a megaprojectos, que tinham registado um crescimento anual de dois dígitos entre 2016 e 2019, foram severamente afectadas pela crise. Dados de nove meses mostram um declínio nas principais exportações como tabaco, algodão, açúcar, camarão e madeira.

**Os fluxos de investimento, principalmente direccionados para os megaprojectos, têm estado sob pressão devido às condições financeiras globais, mas espera-se que o DCC seja integralmente financiado em 2020.**

O DCC será financiado principalmente pelo IDE e, cada vez mais, pelo financiamento de projectos de GNL. Os fluxos líquidos de IDE registaram uma contracção de 21 por cento nos primeiros nove meses do ano em comparação com o mesmo período em 2019, devido às incertezas induzidas pela COVID nos sectores dos transportes e comunicações (Figura 11). O crescente DCC foi financiado por empréstimos, principalmente financiamento de

projectos de GNL, e por financiamento de curto prazo, como créditos ao comércio. Os fluxos de IDE continuarão a ser a principal fonte de financiamento externo. A dívida externa privada, que financia os investimentos no GNL, está também a desempenhar um papel importante na redução do défice de financiamento. Os grandes DCC persistirão até meados da década de anos 2020, com o avanço dos investimentos de GNL para a fase de construção. O défice permanecerá muito acima das médias da ASS e PBR (Figura 11). Com uma média de 64 por cento do PIB no período de 2020-2023, o DCC projectado continuará elevado, esperando-se que venha a ser principalmente financiado através de IDE e financiamento de projectos.

**Figura 11: Níveis elevados de IDE continuam a apoiar a posição externa**



Nota: SSA: África Subsariana; LIC: Países de baixo rendimento  
 Fonte: BM, vários anos; Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

**Prevê-se que as reservas internacionais brutas atinjam cerca de USD 3,2 mil milhões até ao final de 2020,** cobrindo cerca de 6,1 meses de importações (excluindo megaprojectos). Isto coloca as reservas de Moçambique num nível adequado, o que ajuda a amortecer choques potenciais.

**A recessão económica global e a queda dos preços das matérias-primas colocam uma perspectiva externa menos favorável.**

**As perspectivas externas a médio prazo permanecem positivas, ainda que sujeitas a grande incerteza.** A queda da procura global e dos preços das matérias-primas constituem fontes fundamentais de risco

externo para Moçambique (Tabela 3). O crescimento global em 2020 foi revisto em baixa, de 2,5 por cento para -4,4 por cento.<sup>9</sup> O abrandamento da economia global está a atrasar os investimentos no sector do gás. Os fluxos de investimento em serviços auxiliares (por exemplo, construção, serviços jurídicos e financeiros) para a indústria do gás serão provavelmente atrasados, dadas a grande incerteza, as restrições de viagem e baixa confiança dos investidores. A continuação

dos baixos preços dos produtos de base continua a ser motivo de preocupação. A crescente insurreição islamita no norte do país poderá também fazer abrandar o ritmo de desenvolvimento dos projectos de GNL. Existem também algumas perspectivas positivas. A médio prazo, espera-se que as receitas de exportação aumentem à medida que os volumes de produção de carvão e alumínio recuperarem, complementados por um aumento da procura e dos preços globais.

**Tabela 2: Balança de pagamentos**

(milhões de dólares, salvo indicação contrária)

	2017 Actual	2018 Actual	2019 Actual	2020 Estimativa	Δ 17/18	Δ 18/19	Δ 19/20
<b>Conta corrente (% do PIB)</b>	-19,6	-30,3	-19,7	-54,1	...	...	...
<i>Megaprojectos</i>	8,0	-4,6	0,9	-24,5	...	...	...
<i>Não megaprojectos</i>	-27,6	-25,8	-20,6	-29,6	...	...	...
<b>Conta corrente (% do PIB), excluindo mais-valias</b>	-22,2	-30,3	-25,5	-54,1	...	...	...
<b>Conta Corrente</b>	-2.586	-4.502	-3.012	-7.529	74%	-33%	150%
<b>Balança Comercial</b>	-2.830	-4.545	-3.961	-8.089	61%	-13%	104%
<b>Bens, líquido</b>	-498	-973	-2.081	-3.585	95%	114%	72%
<b>Exportações</b>	4.725	5.196	4.718	3.181	10%	-9%	-33%
<i>Megaprojectos</i>	3.657	3.913	3.278	2.211	7%	-16%	-33%
<i>Não megaprojectos</i>	1.068	1.282	1.439	969	20%	12%	-33%
<b>Importações</b>	5.223	6.169	6.799	6.766	18%	10%	0%
<i>Megaprojectos</i>	733	1.277	1.405	1.385	74%	10%	-1%
<i>Não megaprojectos</i>	4.490	4.892	5.394	5.381	9%	10%	0%
<b>Serviços, líquido</b>	-2.332	-3.571	-1.880	-4.504	53%	-47%	140%
<b>Rendimentos e transferências, líquidos</b>	244	42	949	560	-83%	2139%	-41%
<b>Conta de Capital e Financeira da qual</b>	3.838	4.255	3.823	6.743	11%	-10%	76%
<b>IDE, líquido</b>	2.293	2.692	2.212	2.264	17%	-18%	2%
<i>Megaprojectos</i>	912	2.013	954	1.687	121%	-53%	77%
<i>Não megaprojectos</i>	1.381	679	1.258	576	-51%	85%	-54%
<b>Outros, líquidos</b>	1.342	1.399	1.010	4.347	4%	-28%	330%
<b>Saldo global</b>	1.253	-247	810	-786	...	...	...

Fonte: Estimativas do corpo técnico do Banco Mundial, dados BM

<sup>9</sup> Banco Mundial (2020a).

**Tabela 3: Perspectivas externas**

	2018	2019	2020p	2021p	2022p
<b>Preço Nominal das Matérias-Primas</b>					
Alumínio USD/t	2.108	1.794	1.660	1.680	1.713
Carvão, Austrália USD/t	107	77	57	57	58
Carvão coque de forno, Austrália USD/t	194	184	138	140	141
Gás natural liquefeito, Japão USD/mmbtu	10	10	8	8	8
Tabaco USD/t	4.866	4.579	4.500	4.529	4.558
<b>Défice da Conta Corrente, % do PIB</b>	-30	-19	-60	-72	87
<b>Conta Financeira e de Capital, % do PIB</b>	26	22	51	69	85
Investimento directo estrangeiro líquido, % do PIB	18	14	17	24	30

Nota: mmbtu = Milhões Métricos de Unidade Térmicas Britânicas; t = tonelada; p = projecção

Fonte: Estimativas do corpo técnico do Banco Mundial; Previsão de Preço de Matérias-Primas do Banco Mundial; KPMG (2020)

### **Espera-se que os grandes influxos de divisas a médio e longo prazo ajudem a reforçar os amortecedores externos de Moçambique.**

Moçambique deverá observar um significativo influxo de moeda estrangeira para financiar os projectos de GNL nos próximos anos. No entanto, se não for bem gerido, este influxo de moeda poderá levar ao fortalecimento significativo do metical, desgastando a competitividade externa de Moçambique e colocando mais pressão sobre o DCC.

## **Política Fiscal**

*A COVID-19 acrescentou pressões orçamentais significativas a um contexto fiscal já em si estrangido, caracterizado por uma baixa cobrança de receitas, um elevado peso da dívida pública e uma massa salarial crescente.*

### **O Governo de Moçambique teve de rever o orçamento de 2020 devido às crescentes pressões fiscais colocadas pela COVID-19.**

As pressões orçamentais não estão ainda integralmente reflectidas nos dados fiscais. O défice fiscal global no primeiro semestre do ano foi inferior ao do mesmo período em 2019.<sup>10</sup> Isto reflecte uma baixa execução orçamental, particularmente da despesa de desenvolvimento financiada por subvenções, e o facto de a maioria das despesas relacionadas com a COVID-19 até à

data terem sido extra-orçamentais e financiadas por parceiros de desenvolvimento. Contudo, como o crescimento foi revisto em baixa e as necessidades de despesas continuaram a aumentar, foi adoptado, em Novembro, um orçamento rectificativo para 2020. O défice fiscal foi revisto para 8,3 por cento do PIB, contra 4 por cento no orçamento original.<sup>11</sup> Para além de uma revisão em baixa de 1 por cento do total das receitas públicas, o orçamento suplementar para 2020 acrescenta 3 pontos percentuais do PIB às despesas originais. Destes, cerca de 2 por cento referem-se a medidas relacionadas com a COVID-19, sendo o restante despesa militar adicional.

### **Os pressupostos do orçamento rectificativo para 2020 parecem optimistas e estão sujeitos a riscos substanciais.**

O crescimento do PIB está previsto em 0,8 por cento e inflação a 4 por cento. A estimativa de crescimento parece optimista em comparação com as contracções de 0,5 por cento e 0,8 por cento previstas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, respectivamente. Esta diferença surge sobretudo porque o governo prevê uma menor contracção no sector extractivo e um pequeno crescimento dos serviços privados. Esta perspectiva parece ser irrealista ao considerar a contracção de 1 por cento da economia nos primeiros nove meses do ano. Atingir 0,8 por cento de crescimento

<sup>10</sup> O défice fiscal semestral foi de 9 mil milhões de MZN, o que é 9 por cento inferior ao défice registado no mesmo período de 2019.

<sup>11</sup> A proposta de orçamento rectificativo para 2020 aumenta a despesa total de 30 por cento do PIB no orçamento inicial para 33 por cento.

anual implicaria um crescimento de 6 por cento no quarto trimestre do ano. Além de improvável face ao cenário económico actual, um crescimento na cifra dos 6 por cento seria superior ao crescimento observado no quarto trimestre de 2018 e 2019, quando a economia se encontrava numa posição melhor. Além disso, embora a inflação esteja alinhada com os desenvolvimentos recentes, o pressuposto do deflador parece incoerente com os 4 por cento previstos para a inflação.<sup>12</sup> Apesar de o governo projectar um crescimento real positivo em 2020, o PIB nominal parece estar em contracção. Estes números do PIB implicam que a dívida pública total pode atingir 130 por cento do PIB em 2020.

**Espera-se que o défice primário aumente para 4,9 por cento do PIB em 2020, superior à estimativa pré-COVID-19 de 1,1 por cento do PIB.**

O défice fiscal global deverá atingir 8,3 por cento do PIB em 2020, contra 5,3 por cento em 2019 e uma estimativa pré-COVID de 4,5 por cento, reflectindo uma menor cobrança de receitas e um aumento das despesas relacionadas com a COVID no segundo semestre do ano (Tabela 4). Prevê-se que a cobrança de receitas diminua com a redução da procura agregada e a medida que se façam sentir as medidas de alívio fiscal relacionadas com a COVID-19 destinadas às empresas.<sup>13</sup> Do lado da despesa, a implementação das medidas de resposta à COVID, estimadas em 2,2 por cento do PIB, elevará a despesa total a quase 33 por cento do PIB, contra 30 por cento em 2019. Espera-se que a COVID-19 crie um défice de financiamento fiscal de 3,6 por cento do PIB em 2020 (Figura 13). Isto ocorre num contexto de espaço fiscal limitado devido à baixa cobrança de receitas, sobreendividamento, bem como de uma massa salarial e despesas militares

crecentes.<sup>14</sup> Espera-se que a participação na DSSI, o apoio orçamental dos doadores, e o uso de poupanças das receitas de mais-valias ajudem a colmatar o défice de financiamento.<sup>15</sup>

**A COVID-19 irá atrasar ainda mais os esforços de consolidação fiscal (Figura 12).**

Moçambique fez progressos significativos na consolidação fiscal nos últimos anos, o que ajudou a reduzir o défice primário de 6 por cento do PIB em 2015 para 2 por cento em 2019. Com a receita total (excluindo mais-valias) inalterada em 23 por cento do PIB entre 2015 e 2019, o ajustamento fiscal concentrou-se no lado da despesa. A despesa caiu de 33 para 30 por cento do PIB entre 2015 e 2019, apesar das pressões fiscais adicionais colocadas pelas eleições e pelos ciclones tropicais em 2019. Os cortes na despesa foram, na sua maioria, suportados pelo orçamento de investimento.

**Nos últimos anos, o governo realizou progressos significativos na gestão fiscal e da dívida, e na regularização de pagamentos em atraso.**

Foi aprovada legislação primária e secundária relativa à gestão da dívida e às garantias, empresas públicas (EP) e gestão do investimento público. Mais recentemente, foram aprovadas metodologias de avaliação do risco de crédito para melhor apoiar as operações financeiras das empresas públicas, bem como um manual para orientar as projecções macrofiscais. Além disso, o governo continua a preparar demonstrações de risco financeiro em conformidade com o ciclo orçamental.<sup>16</sup> Além disso, o stock verificado de pagamentos em atraso a fornecedores nacionais foi reduzido de 1,6 por cento do PIB em 2017 para 0,1 por cento em 2019. Contudo, a COVID-19 criou pressões fiscais adicionais substanciais, que tornam mais premente a implementação contínua de reformas estruturais.

<sup>12</sup> O valor do deflador pode ser o resultado de alterações na estrutura do PIB. Mas isso poderá ter de ser confirmado quando os dados do PIB do terceiro trimestre forem divulgados. É também importante notar que o número difere do deflador de 10 por cento do PIB utilizado no Quadro Fiscal de Médio Prazo de 2021-2023.

<sup>13</sup> O Decreto-Lei 23/2020 de 27 de Abril isentou as empresas afectadas pela COVID-19 com um volume de negócios anual inferior a USD 40.000 (MZN 2,5m) dos pagamentos antecipados do IRPC normalmente efectuados durante o ano; ver Parte Dois nesta publicação.

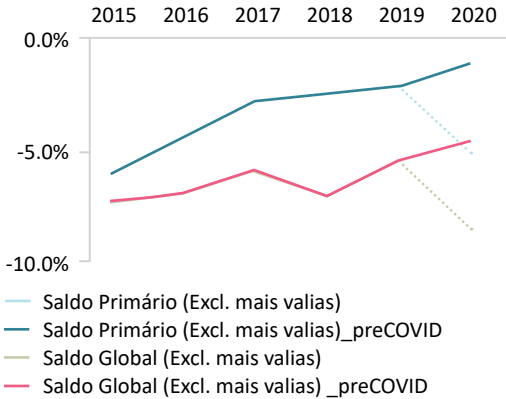
<sup>14</sup> As despesas militares durante o primeiro semestre do ano duplicaram para 1 por cento do PIB em comparação com o mesmo período de 2019, uma vez que as insurreições terroristas continuaram a intensificar-se no norte e centro do país. Além disso, o orçamento suplementar de 2020 acrescentou 1 por cento do PIB em despesas militares ao inicialmente previsto.

<sup>15</sup> De acordo com a actualização governamental sobre os desembolsos dos doadores relacionados com a COVID-19, em Setembro de 2020 esse apoio a Moçambique totalizava 452 milhões de dólares (cerca de 3 por cento do PIB). Desse montante, USD 309 milhões provieram do Fundo Monetário Internacional, 40 milhões do Banco Africano de Desenvolvimento, 41 milhões do Banco Mundial, e o restante de outros doadores. Podem consultar-se detalhes sobre os desembolsos no portal do Ministério das Finanças: <https://www.mef.gov.mz/index.php/covid-19/1037-243>.

<sup>16</sup> A dívida e as garantias das empresas públicas estiveram no centro da crise da dívida de 2016, pelo que a melhoria das operações de crédito com as empresas públicas é fundamental para enfrentar as vulnerabilidades da dívida.

**Figura 12: O choque COVID-19 atrasou os esforços de consolidação fiscal...**

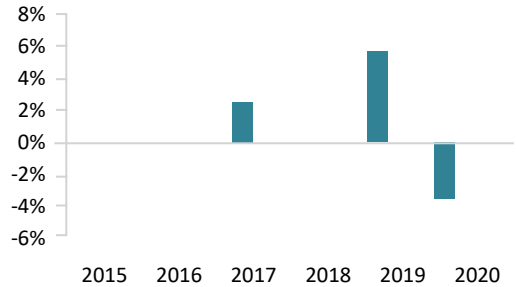
Saldos orçamentais (% PIB), 2015-2020



Fonte: MEF, FMI, e cálculos do corpo tecnico do Banco Mundial

**Figura 13: ...e a resposta à COVID-19 resultou num défice de financiamento significativo**

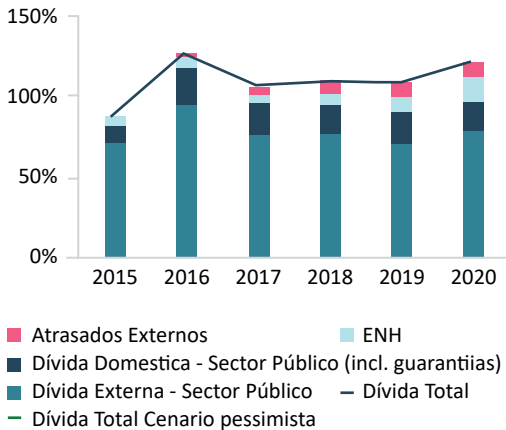
Défice de financiamento (% PIB), 2015-2020



Fonte: MEF, FMI, e cálculos do corpo tecnico do Banco Mundial

**Figura 14: ...enquanto a contracção do PIB e a depreciação cambial levaram ao aumento dos níveis da dívida externa**

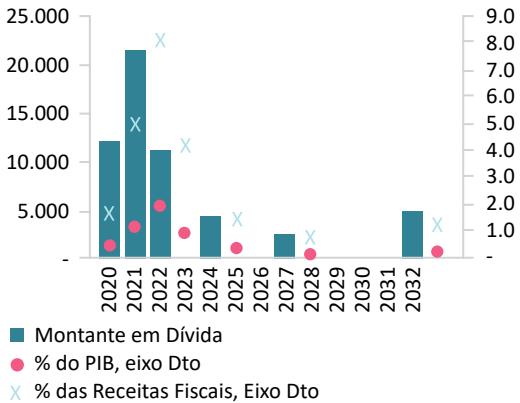
Dívida do sector público (% PIB), 2015-2020



Nota: ENH: Empresa Nacional de Hidrocarbonetos  
Fonte: DSA 2020

**Figura 15: ...e as pressões da dívida interna continuam a ser significativas**

Perfil de amortização das obrigações do Tesouro



Fonte: Cálculos do corpo técnico do Banco Mundial baseados em dados da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM)

*O governo continua a proteger a despesa nos sectores prioritários, apesar da difícil situação fiscal.*

**As autoridades continuam a dar prioridade à despesa nos sectores social e económicos-chave.** Apesar das pressões orçamentais

significativas decorrentes da massa salarial e do serviço da dívida crescentes, as autoridades conseguiram manter os níveis de despesa nos sectores prioritários em 14-15 por cento do PIB.<sup>17</sup> Em consonância com o plano quinquenal de desenvolvimento do governo, as despesas com a educação, saúde e infra-

<sup>17</sup> O plano de desenvolvimento a médio prazo de Moçambique considera a educação, a saúde, as infra-estruturas, a agricultura, os transportes e comunicações, e a acção social como sectores prioritários.

estruturas absorveram cerca de 80 por cento do orçamento de despesas prioritárias. De acordo com conclusões recentes de um exercício de análise da incidência fiscal, esta priorização da despesa reforça a equidade.<sup>18</sup> Não obstante, ainda há espaço para aumentar a eficácia da despesa. Apesar de ter um nível semelhante de despesa social (em percentagem do PIB), Moçambique está atrás dos seus pares com níveis de rendimento semelhantes em termos de redução da desigualdade e aumento do acesso aos serviços sociais.

**Com o desenrolar da pandemia, o governo concentrou-se na protecção das despesas sociais para manter a prestação de serviços.**

As autoridades reforçaram a capacidade do sector da saúde e prestaram apoio às empresas e famílias mais afectadas pela crise (Caixa 5 na Parte 2 do presente relatório). Nas suas tentativas de combater a pandemia, o governo aumentou o orçamento anual da saúde de 3 para 4 por cento do PIB. Prevê-se que a assistência social às famílias duplique para 1,1 por cento do PIB (em comparação com 0,6 por cento do PIB em 2019), uma vez que a cobertura foi alargada às famílias mais afectadas pela COVID-19.<sup>19</sup> Além disso, foi introduzido um pacote de medidas equivalente a 1 por cento do PIB para apoiar as empresas (ver Parte Dois).

***Moçambique continua sobreendividado e a COVID-19 exacerbou as vulnerabilidades da dívida.***

**Projecta-se que os níveis da dívida aumentem em 2020 devido à depreciação da moeda e à contracção do PIB.** Após uma queda constante para 108 por cento do PIB em 2019 (a partir de 127 por cento do PIB em 2016), prevê-se que a dívida pública total atinja 120 por cento em 2020 (Figura 14). Isto é principalmente impulsionado pelo aumento previsto da dívida externa, de 89 por cento do PIB em 2019 para 103 por cento em 2020, reflectindo em grande parte a depreciação da taxa de câmbio nominal metical/USD desde Janeiro de 2020, a contracção do

PIB projectado e os empréstimos relacionados com a participação da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) nos projectos de GNL.<sup>20</sup>

**A dívida pública externa e total estão projectadas em cerca de 94 e 111 por cento do PIB em 2020,** respectivamente, excluindo a ENH (Figura 14). A variação destes rácios ao excluir a ENH reflecte a contribuição do financiamento para o GNL de Moçambique para o stock da dívida. Os níveis do serviço da dívida continuam a ser substancialmente elevados. As projecções iniciais indicavam que os rácios do serviço da dívida externa e do serviço da dívida pública poderiam atingir 13 e 48 por cento, respectivamente, até ao final de 2020. A participação do país na DSSI entre Outubro e Dezembro proporcionaria um alívio estimado de 0,6 por cento do PIB (cerca de 2 por cento das receitas públicas). Além disso, é provável que o país venha a beneficiar da extensão de 6 meses da DSSI em 2021.<sup>21</sup>

**A dívida interna também tem continuado a crescer.** A dívida interna do governo central aumentou para 19 por cento do PIB no terceiro trimestre de 2020, contra 16 por cento em 2019. Esta tendência irá provavelmente continuar até ao final do ano, dado que o orçamento suplementar de 2020 projecta quase 1,5 pontos percentuais do PIB em financiamento interno líquido adicional, superior aos 1,2 por cento do PIB previstos no orçamento original. Para além das pressões orçamentais colocadas pela COVID-19, o aumento da dívida interna reflecte as necessidades de financiamento a curto prazo das empresas públicas com mau desempenho e o serviço da dívida das obrigações do tesouro com vencimento em 2020. O perfil da dívida interna apresenta níveis consideráveis de concentração de maturidade. Quase 75 por cento do stock de obrigações do Tesouro é devido entre 2020 e 2022, o que aumenta a probabilidade de renovação da dívida (Figura 15). Com taxas de juro domésticas a uma média de 20 por cento desde o início do ano, o serviço da dívida doméstica em 2020 é estimado em 8 por cento do PIB, em comparação com 5 por cento em 2019.

<sup>18</sup> Ver Baez et al. (a publicar).

<sup>19</sup> Refere-se à assistência social às famílias, excluindo as pensões.

<sup>20</sup> A Empresa Nacional de Hidrocarbonetos de Moçambique representa o governo nos investimentos de GNL.

<sup>21</sup> O serviço total da dívida bilateral externa para 2021 está estimado em 3 por cento do PIB.

**Na sequência dos progressos na resolução do incumprimento das obrigações MOZAM, as autoridades estão agora a contestar outra dívida oculta, da Proindicus.** As autoridades concluíram em 2019 as negociações com os obrigacionistas relativas aos USD 727 milhões MOZAM 2023, resultando numa troca por obrigações de USD 900 milhões. Nos termos do acordo, o vencimento foi alargado de 2023 para 2031, enquanto a taxa anual de cupão foi reduzida de 10,5 para 5 por cento até 2023 e 9 por cento a partir de 2023. Também tomaram medidas para

contestar legalmente a dívida ligada à Proindicus, no valor de USD 622 milhões, procurando o cancelamento da dívida relacionada e uma compensação por danos e perdas.<sup>22</sup> Esta dívida faz parte do pacote da dívida de USD 2 mil milhões contratada em 2013-2014 para financiar empresas de segurança, apoiado por garantias estatais consideradas inconstitucionais. A próxima sessão do julgamento relativo à dívida ligada à Proindicus pelo tribunal de Londres, agendada para Fevereiro de 2021, avaliará as alegações de Moçambique.<sup>23</sup>

**Tabela 4: Finanças governamentais (base de compromisso)**

Em percentagem do PIB	2015 Actual	2016 Actual	2017 Actual	2018 Actual	2019 Actual	2020 Estimativa
<b>Receitas + donativos (excl. IMV)</b>	<b>26,0</b>	23,9	24,6	25,8	24,4	24,8
Receita total	23,2	22,0	25,1	23,8	28,9	22,8
Receita fiscal	19,5	18,4	20,0	20,5	25,0	19,7
<i>da qual: mais-valias</i>			2,5		5,7	
Receita não fiscal (incl. mais-valias)	3,7	3,6	5,1	3,2	3,9	3,2
Donativos	2,8	1,9	1,9	2,0	1,2	2,1
<b>Despesa total e crédito líquido</b>	<b>33,1</b>	<b>30,6</b>	<b>30,3</b>	<b>31,2</b>	<b>29,8</b>	<b>33,1</b>
Despesa corrente	20,0	19,2	19,4	21,3	20,6	24,2
<i>da qual:</i>						
Compensação a funcionários	10,0	10,4	10,6	10,8	11,8	13,3
despesa COVID						0,7
Juros da dívida pública	1,2	2,5	3,0	4,4	3,3	3,4
<i>dos quais: pagamentos em atraso</i>		0,5	1,5	0,0	0,3	0,2
Despesa de capital	12,0	8,1	6,7	8,1	7,6	7,7
Financiamento interno	5,3	3,2	3,2	3,7	4,7	4,0
Financiamento externo	6,7	4,9	3,5	4,4	2,9	3,7
Pagamentos em atraso a fornecedores	0,5	1,2	0,3	0,3	0,0	0,0
Despesa/receita não afectada	0,0	0,4	0,9	-1,4	0,1	
Crédito líquido	0,7	1,8	3,0	1,6	1,5	1,2
<b>Saldo fiscal – base de compromisso</b>						
Saldo primário	-5,9	-4,3	-0,3	-2,4	3,6	-4,9
Saldo global	-7,1	-6,7	-3,3	-6,8	0,3	-8,3
Saldo primário (excl. imposto sobre mais-valias)	-5,9	-4,3	-2,8	-2,4	-2,1	-4,9
Saldo global (excl. imposto sobre mais-valias)	-7,1	-6,7	-5,7	-6,8	-5,3	-8,3

<sup>22</sup> Para além das dívidas MOZAM e Proindicus, a dívida da Gestão de Activos de Moçambique (MAM) de USD 535 milhões também está pendente, constituindo outra parte do pacote de empréstimos considerados inconstitucionais.

<sup>23</sup> Podem consultar-se detalhes aqui: <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-at-credit-suisse-request-london-court-agrees-to-hear-former-president-noticias-report-174474/>

Em percentagem do PIB	2015 Actual	2016 Actual	2017 Actual	2018 Actual	2019 Actual	2020 Estimativa
<b>Financiamento</b>						
Financiamento global	7,1	6,7	5,7	6,8	5,3	4,7
Financiamento externo	4,0	3,9	6,8	3,3	2,2	0,9
Necessidades de financiamento interno (residual)	3,2	2,9	-1,1	3,6	3,2	3,8
Défice de financiamento	0,0	0,0	-2,5	0,0	-5,7	3,6
Imposto sobre mais-valias do governo						0,1
<i>World Bank Development Policy Operation</i>						0,7
Apoio orçamental da UE						0,4
<i>Rapid Credit Facility/Extended Credit Facility</i> do FMI						1,2
Banco Africano de Desenvolvimento						0,3
Suspensão da dívida						0,8

Fonte: Dados do MEF e do FMI, cálculos do corpo técnico do Banco Mundial

**Embora Moçambique permaneça em situação de sobreendividamento, a dívida é avaliada como sustentável numa perspectiva futurística.** No cenário de base da última análise da sustentabilidade da dívida (DSA),<sup>24</sup> os indicadores da dívida externa ultrapassam os limiares relevantes em termos de política a curto e médio prazo. Em particular, projecta-se que o valor actual da dívida pública externa (em percentagem do PIB) permaneça acima do limiar prudente a médio prazo. Contudo, prevê-se que os rácios caiam para baixo dos limiares até

2029, com a contribuição da produção do GNL para o crescimento, e exportações e receitas fiscais superiores. Os rácios de sustentabilidade da dívida melhoram mais rapidamente quando se exclui a dívida da ENH. Isto deve-se ao facto de a dívida externa total a médio prazo ser em grande parte impulsionada pelos empréstimos contraídos pela ENH para financiar a sua participação no capital dos megaprojectos de GNL, e pela emissão de garantias soberanas à ENH para cobrir a sua parte no pacote de empréstimos para um dos projectos (Caixa 3).

### Caixa 3: Impacto da COVID-19 na carteira de GNL da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)<sup>1</sup>

**Simulações recentes sugerem que a quebra económica provocada pela COVID-19 pode fazer aumentar os custos da dívida da ENH em 21 por cento e expandir o período de serviço da dívida em uma década.** A análise de cenários pelo Banco Mundial explora o impacto nos dois projectos em curso, Coral South FLNG (Área 4) e Moçambique LNG (Área 1), de novos atrasos de seis

meses e um ano, respectivamente. Este cenário pressupõe também que a decisão final de investimento (FID) do projecto Rovuma LNG, prevista entre 2020 e 2021, poderá agora só ocorrer em 2025, e que a produção poderá começar só em 2030. Estes atrasos, combinados com preços mais baixos das matérias-primas nas fases iniciais da produção, deverão reduzir o fluxo de caixa disponível da ENH. Em

<sup>1</sup> A ENH é a empresa pública que representa o Estado na exploração de gás no norte do país.

<sup>24</sup> FMI (2020), *ibidem*.

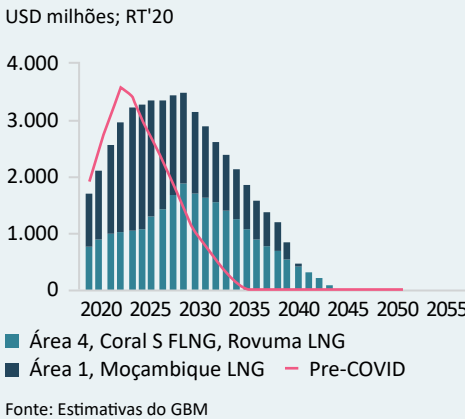
consequência, espera-se que a capacidade de servir a dívida diminua, especialmente nos anos iniciais de reembolso, o que levará à acumulação de juros e ao aumento da exposição à dívida (Figuras 16 e 17).

**Devido à pandemia da COVID-19, a carteira da ENH tornou-se mais vulnerável.** A análise sugere que o agravamento das condições financeiras provocado pela crise tornará impossível à ENH pagar os seus custos de detenção de participação (dinheiro emprestado pelos parceiros no empreendimento) da Coral South FLNG sem

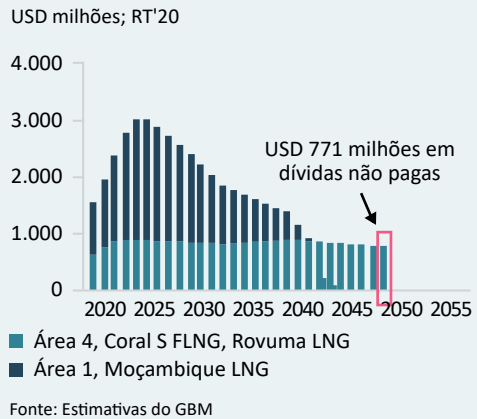
um subsídio cruzado da Rovuma LNG (a FID sobre este último ainda está pendente). Num cenário em que o projecto Rovuma LNG não avança (Figura 17), a ENH acabaria com dívida por pagar à Coral South FLNG quando o projecto chegasse ao fim da sua vida económica (em 2047). A análise sugere que o ENH já não poderia gerir o Coral South FLNG como um projecto delimitado (ringfenced). O impacto decorrente da pandemia sublinha a necessidade de avaliar outras estratégias possíveis para gerir a carteira de GNL da ENH, como subsídios cruzados e refinanciamento da dívida.



**Figura 16: Dívida da ENH pós-COVID**



**Figura 17: Dívida da ENH; pós-COVID; sem Rovuma LNG**



*Embora a incerteza continue a ser elevada, os esforços de consolidação fiscal poderão recomeçar em 2021.*

**A consolidação fiscal poderia ser retomada em 2021, com o objectivo de alcançar um défice primário zero até 2024.** Logo que a crise da COVID-19 esteja aplacada, a consolidação fiscal será central para gerar o espaço fiscal necessário para implementar as medidas de recuperação. O recém-aprovado orçamento para 2021 define um défice fiscal de 2,6 por cento, abaixo dos 8,4 por cento projectados em 2020, assinalando o compromisso contínuo do governo com a consolidação fiscal. A curto prazo, espera-se que esta melhoria no equilíbrio fiscal seja determinada por uma administração tributária reforçada, inclusive através de uma maior cobrança de

impostos sobre rendimentos, bens e serviços. A médio prazo, as autoridades pretendem alcançar um excedente primário através do alargamento da base tributária, da cobrança de algumas receitas das fases iniciais da produção de GNL, do controlo do crescimento da massa salarial por via de reformas estruturais, e da melhoria da eficiência da despesa. Novos progressos na melhoria da gestão da dívida e do risco fiscal, combinados com a reestruturação da dívida, ajudariam a reduzir as vulnerabilidades da dívida e a aumentar a sua sustentabilidade. Estas medidas de consolidação fiscal serão ainda mais críticas no cenário pessimista.

**A concretização desta consolidação fiscal exigirá um reforço contínuo do planeamento fiscal a médio prazo e um quadro para gerir a futura**

**afluência de recursos.** Para que Moçambique possa maximizar a alta conjuntura dos recursos, as autoridades terão de gerir adequadamente os riscos macrofiscais. É necessário um quadro fiscal de médio prazo ancorado em metas fiscais apropriadas e criar um fundo de estabilização bem concebido para gerir as receitas dos recursos no futuro.<sup>25</sup> Tal deverá ser complementado por uma estratégia de dívida a médio prazo sustentada por objectivos de dívida sustentável. Por último, a implementação do novo quadro regulamentar para a gestão do investimento público deverá também contribuir para a estabilidade fiscal, uma vez que os projectos de investimento serão cada vez mais seleccionados com base no seu impacto social e económico.

## Política Monetária

*O sistema financeiro de Moçambique entrou neste período de incerteza económica com vulnerabilidades e riscos pré-existentes, mas as respostas do Banco Central em termos de políticas foram resolutas.*

**Embora mantendo uma certa cautela, as autoridades tomaram várias medidas para oferecer um estímulo monetário e evitar uma deterioração das condições do sistema financeiro.** O Banco Central reduziu as taxas directoras e tomou medidas adicionais para

assegurar a liquidez do sistema financeiro. Desde o início do ano e até Setembro, o balanço do Banco Central tinha aumentado quase 50 por cento (de MZN 387 mil milhões para MZN 503 mil milhões). Como parte do pacote de medidas para mitigar o impacto da COVID-19, a taxa de política monetária e a taxa da facilidade permanente de cedência foram reduzidas em 250 pontos de base para 10,25 e 13,25 por cento, respectivamente, no primeiro semestre do ano. O Banco Central também reduziu os rácios de reservas obrigatórias para moeda nacional e estrangeira em 150 pontos de base, para 11,5 e 34,5 por cento do total de depósitos. Contudo, a flexibilização monetária foi colocada em pausa em Junho, com as taxas de política e os requisitos de reservas inalterados desde então, face às preocupações relativas às pressões inflacionárias, principalmente originadas pela depreciação do metical e das restrições fiscais. As autoridades monetárias também apresentaram medidas complementares para apoiar o sistema financeiro (Caixa 4), incluindo: (i) uma linha de crédito do Banco Central de USD 500 milhões para instituições financeiras participantes no mercado cambial interbancário; (ii) a eliminação dos limites de acesso à facilidade permanente de cedência; e (iii) a flexibilização das condições para reestruturação do crédito.<sup>26</sup> O crédito ao sector privado recuperou ligeiramente nos últimos seis meses, mas o aumento substancial do crédito bancário ao governo e às empresas públicas ofuscou esta situação.

### Caixa 4: Medidas governamentais tomadas para apoiar o sector financeiro e uma recuperação económica resiliente

As medidas de apoio ao sector financeiro incluem:

- Redução da taxa de juro directora de 12,75 para 10,25 por cento.
- Redução das reservas obrigatórias para moeda local de 13 para 11,5 por cento e para empréstimos em moeda estrangeira de 36 para 34,5 por cento.
- Linha de crédito em divisas de 500 milhões de dólares para bancos comerciais.
- Supressão dos requisitos de aprovisionamento específicos para empréstimos em divisas a importadores.
- Facilitação da reestruturação dos créditos para as empresas afectadas pela COVID-19, se necessário, antes de os pagamentos se tornarem devidos.

<sup>25</sup> Após anos de debate sobre a necessidade de um enquadramento para gerir as receitas provenientes da exploração dos recursos naturais, o governo publicou o primeiro projecto de um Fundo Soberano, com consulta pública em Outubro.

<sup>26</sup> As instituições financeiras foram autorizadas a não constituir provisões para empréstimos reestruturados devido à pandemia, desde que esses empréstimos não estivessem vencidos. Foram também eliminadas disposições específicas relativas a crédito em moeda estrangeira.

- Medidas de reforma estrutural para apoiar uma recuperação económica resiliente:
- Para melhorar a transparência da dívida e a gestão do risco fiscal, o governo publicou (i) um relatório anual da dívida incluindo as dívidas das empresas públicas e associadas ao GNL a partir de 2019; (ii) as demonstrações financeiras da empresa nacional de hidrocarbonetos (ENH); e (iii) um quadro de avaliação do risco de crédito para as empresas públicas.
- Para reforçar a sustentabilidade da dívida, o Conselho de Ministros aprovou um decreto que define um quadro regulamentar para a gestão do investimento público, o qual exige que os projectos planeados sejam pré-avaliados em termos do seu impacto socioeconómico antes do financiamento, tomando em consideração a resistência a catástrofes no caso projectos de infra-estruturas.

**O sistema financeiro de Moçambique já apresentava vulnerabilidades e riscos antes da pandemia.**

Entre estes contam-se uma grande parte dos activos e passivos bancários denominados em moeda estrangeira, uma fraca capacidade creditícia soberana associada a uma elevada exposição bancária, e quadros prudenciais e de gestão de crises frágeis. A deterioração das perspectivas económicas de Moçambique terá impacto no sector financeiro, com potenciais repercussões na economia real. Os efeitos de segunda ordem poderão ser exacerbados por estas vulnerabilidades pré-existentes. Os níveis de capital agregado dos bancos são adequados, embora os níveis de provisionamento sejam difíceis de avaliar, dadas as dispensas do BM. O financiamento é estável, sendo na sua maioria depósitos que continuaram a crescer desde o choque pandémico. Os níveis de liquidez são superiores aos dos países pares, reflectindo a

abordagem conservadora dos bancos e as reservas obrigatórias elevadas para depósitos em divisas. O nível de créditos malparados (CMP) é elevado, 10 por cento, e varia entre as instituições financeiras. Os dois maiores bancos nacionais com importância sistémica (D-SIBs) reportaram níveis crescentes de CMP em 2020 (Tabela 5). Embora os seus níveis de capital permaneçam confortavelmente acima dos requisitos mínimos, tal é susceptível de restringir a concessão de crédito à economia.<sup>27</sup> As provisões para perdas de crédito são elevadas, uma vez que a maioria do CMP encontra-se em situação de incumprimento há mais de 360 dias. Uma queda no valor do metical terá um impacto contabilístico automático na posição de capital de muitos bancos, uma vez que um quarto dos activos e passivos (em todo o sistema) são denominados em moeda estrangeira. A exposição a empresas públicas em dificuldades financeiras é um factor de risco central em Moçambique.

**Tabela 5: Selecção de indicadores prudenciais para bancos nacionais de importância sistémica, 30 de Setembro de 2020**

Rádios de selecção (percentagem)	BCI	BIM	SB	ABSA <sup>(1)</sup>	Sistema
Total da adequação de capital para os activos ponderados pelo risco	22,8	43,0	27,5	19,1	26,0
Capital total para o activo total	11,4	19,7	13,6	17,1	11,8
Crédito malparado	13,0	24,0	2,8	2,8	11,8
Provisões	41,7	98,8	72,1	82,5	82,5
Rendibilidade dos activos	1,7	3,8	4,2	1,4	2,4
Rendibilidade dos capitais próprios	14,9	18,9	28,3	12,6	20,2
Activos líquidos	36,8	48,6	69,4	49,6	39,7

Fonte: Dados do Banco de Moçambique; Nota: (1) A 30 de Junho de 2020.

<sup>27</sup> O Banco de Moçambique designou o BCI, Millennium BIM, Standard Bank, e ABSA como D-SIBs.

**Tendo introduzido requisitos prudenciais mais elevados, o BM tem contribuído para manter os amortecedores de capital em níveis confortáveis.**

De 2017 a 2020, o Banco Central aumentou os níveis mínimos de capital de 10 para 14 por cento dos activos ponderados pelo risco, que constituem importantes amortecedores durante períodos de tensão económica e financeira. Os rácios de capital seguem o regime de Basileia I e não incluem encargos de risco operacional e de mercado. A linha de crédito do Banco Central de USD 500 milhões para o mercado cambial interbancário foi uma importante medida de precaução. Os bancos comerciais registaram uma procura limitada pela linha de crédito precaucionária, o que indica que tinham e liquidez cambial suficiente para fazer face às suas responsabilidades cambiais.

*As medidas do Banco Central contribuíram para manter o crescimento do crédito interno e para aumentar as transacções electrónicas, mas o acesso a serviços financeiros continua a constituir uma dificuldade.*

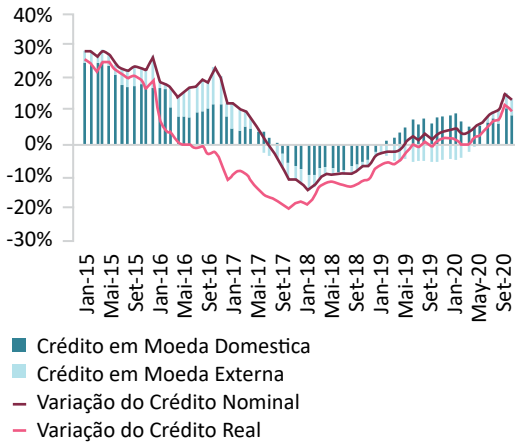
**Em 2020, o crescimento real do crédito acelerou, mas subsistem os elevados diferenciais das taxas de juro e problemas estruturais.** Impulsionado principalmente pelo crédito em moeda nacional, o crescimento real do crédito atingiu uma média de 4 por cento nos primeiros sete meses do ano (Figura 18). Mas o crédito ao sector privado continua inferior ao

do período que antecedeu a crise económica e financeira de 2016/17 (Figura 19). A aversão ao risco por parte dos bancos, combinada com a redução da procura de crédito, fizeram baixar ainda mais o rácio de crédito/depósitos, já em si baixo antes da pandemia. As medidas do banco central contribuíram para níveis elevados de liquidez em moeda nacional, o que pode explicar o crescimento do crédito. No entanto, as taxas de juro continuam elevadas em termos reais, apesar de algumas reduções em resposta aos cortes em termos de política. A taxa de referência é de 15,9 por cento, que ainda é elevada em termos reais, e a taxa média para operações de crédito com um ano de maturidade é de 19 por cento. Isto mostra que o diferencial líquido da taxa de juro (a diferença entre os juros que as instituições financeiras recebem pelo crédito e os que pagam pelos depósitos e outros passivos) continua a ser elevado em Moçambique. Este elevado diferencial de taxas de juro reflecte uma maior aversão ao risco, questões estruturais incluindo a falta de informação de crédito, pouca disponibilidade de garantias, e concorrência baixa na prestação de serviços de crédito ao sector privado. A introdução de um número único de identificação bancária ajudará em parte a resolver os problemas de assimetria de informação no sector e o lançamento previsto de um registo de garantias móveis em 2021.<sup>28</sup> Um instrumento fundamental que ainda falta em Moçambique é um sistema de garantia parcial de crédito, para fomentar a apetência de risco das instituições financeiras.

<sup>28</sup> O Banco Central anunciou em Agosto a introdução do número único de identificação bancária, que será exigido aos clientes para realizarem quaisquer operações com quaisquer instituições financeiras e de crédito. Os detalhes podem ser consultados aqui: [https://clubofmozambique.com/wp-content/uploads/2020/08/pt\\_432\\_n%C3%BAmero-%C3%BAnico-de-identifica%C3%A7%C3%A3o-banc%C3%A1ria.pdf](https://clubofmozambique.com/wp-content/uploads/2020/08/pt_432_n%C3%BAmero-%C3%BAnico-de-identifica%C3%A7%C3%A3o-banc%C3%A1ria.pdf)

**Figura 18: As medidas de política têm apoiado o crescimento do crédito**

Crescimento real do crédito (%)



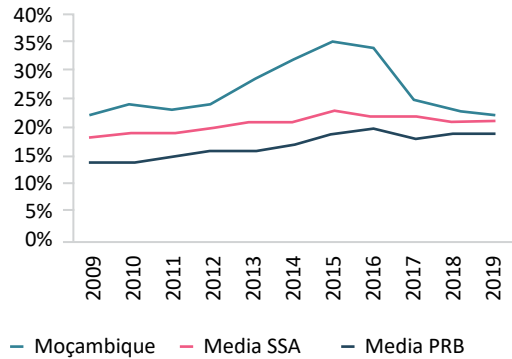
Fonte: Dados do Banco de Moçambique, cálculos do corpo técnico do Banco Mundial

**O Banco Central promulgou uma série de medidas para aliviar as restrições de fluxo de caixa e promover as transacções digitais.** Dispôs uma redução nas taxas e comissões para pagamentos digitais através de bancos comerciais e plataformas de dinheiro móvel. Estas medidas, combinadas com os requisitos de distanciamento social, contribuíram para um aumento significativo do volume e do número de transacções electrónicas, particularmente em plataformas móveis. No entanto, embora as transacções digitais tenham aumentado em 2020, não foram tão fortes como em anos anteriores, reflectindo provavelmente uma actividade económica enfraquecida.

**O sector financeiro carece de capacidade e instrumentos-chave para funcionar como canal para medidas contracíclicas.** Por exemplo, os requisitos de conhecer o seu cliente para a

**Figura 19: ...mas o nível de crédito permanece inferior ao nível anterior às dívidas ocultas**

Crédito privado % do PIB



Fonte: Estatísticas Financeiras Internacionais

abertura de contas e transacções financeiras resultam em elevados níveis de exclusão, dado que grande parte da população não possui documentos de identificação. Moçambique também não possui uma linha de garantia parcial de crédito (GPC), utilizada por outros países para fornecer garantias para empréstimos mais afectados pela deterioração do crédito em tempos de crise. A rede global de segurança financeira e os quadros de gestão de crises têm grandes lacunas. O seguro de depósitos é limitado, com reservas equivalentes a menos de 1 por cento dos depósitos segurados, e a cobertura é baixa, de apenas MZN 20.000 (USD 275). O Parlamento está a considerar uma alteração à legislação do sector financeiro que introduziria uma autoridade e instrumentos de resolução, em conformidade com os *Key Attributes of Effective Resolution Regimes* do *Financial Stability Board*.

# Parte Dois: A COVID-19 Lesou Empresas e Famílias. Como Responder?

*Empresas, trabalhadores e famílias em Moçambique estão a sentir o impacto económico da COVID-19.*

**A COVID-19 causou uma súbita perda de rendimento para muitas empresas e famílias em Moçambique, agravando as condições de vida, especialmente para os pobres urbanos, em grande parte envolvidos no sector informal.**

A capacidade das empresas em Moçambique para responder a tais choques é muito limitada. Por conseguinte, o impacto no desempenho e emprego tem sido agudo, tanto para as empresas formais como para as informais. As famílias foram também severamente afectadas pela crise por via da perda de rendimentos, actividade de negócios e emprego. Esta parte da Actualidade Económica de Moçambique discute o impacto da crise da COVID-19 no sector privado e nas famílias. Descreve as medidas tomadas pelo governo para superar os impactos e faz recomendações para a recuperação. A presente secção começa com uma análise dos impactos no sector privado e termina com a análise de como as famílias são afectadas.

## Quais são as Características do o sector privado em Moçambique?

**O sector privado consiste principalmente em pequenas empresas informais.** O sector

informal representa cerca de 90 por cento das empresas em Moçambique e 31 por cento do PIB. O número de empresas formais tem vindo a aumentar, ainda que a um ritmo lento, totalizando cerca de 90.000, de acordo com estimativas recentes.<sup>29</sup> Três quartos destas empresas formais são microempresas, empregando menos de 5 pessoas, e apenas 2 por cento empregam 100 ou mais trabalhadores. Geograficamente, uma grande proporção das empresas está localizada em Maputo, e a densidade diminui com o afastamento da capital.

### **A concentração do mercado continua elevada.**

Em 2018, as grandes empresas que empregavam 100 ou mais trabalhadores representavam 52 por cento do volume total de vendas e 54 por cento do emprego total. Por sua vez, as microempresas formais representavam apenas 5 por cento do total de vendas e 17 por cento do emprego total. O comércio e retalho, hotelaria, transformação e outros serviços constituem a maior proporção de empresas e empregos formais. O sector da indústria transformadora é ainda pequeno e subdesenvolvido, consistindo principalmente em microempresas que produzem bens básicos para vender a pessoas da sua localidade ou região. O sector extractivo está a crescer graças ao investimento estrangeiro. Metade das empresas do sector são exportadoras, mas são responsáveis por menos de 2 por cento do total de postos de trabalho.

<sup>29</sup> CEMPRE, o censo oficial ao sector privado, publicado em 2017, reporta 51.237 empresas privadas. Os últimos relatórios publicados pelo INE em 2020 listam 90.505 empresas privadas registadas, com base em dados provenientes do Registo do IVA da Autoridade Tributária, dos inquéritos estatísticos mensais, do directório de unidades estatísticas (FUE) e do Registo de pessoas colectivas.

## O impacto da COVID-19 nas vendas das empresas e no emprego é severo

### A COVID-19 tem afectado as empresas através de canais de transmissão externos e internos.

Os canais externos incluem: (i) impactos nas cadeias de valor e comércio mundiais; (ii) queda dos preços internacionais das matérias-primas, como carvão e alumínio;<sup>30</sup> e (iii) redução do investimento directo estrangeiro.<sup>31</sup> A nível interno, a crise está a repercutir-se na economia através de dois canais principais: (i) perturbações económicas causadas por medidas de contenção; e (ii) impactos directos na saúde da COVID-19. As medidas internas de contenção da doença alteraram o fluxo de pessoas, bens e capitais, amplificando o impacto dos choques externos nas empresas formais e informais.

### As perturbações causadas pelas medidas para conter a propagação do vírus reduziram a procura local de bens e serviços, afectando 90 por cento de todas as empresas dos sectores formal e informal.

As empresas têm sido principalmente afectadas pela baixa procura, perdendo 41 por cento em volume de negócios no primeiro semestre de 2020 comparativamente ao mesmo período de 2019. No segundo trimestre (T2), 75,5 por cento das empresas reportaram 53,5 por cento de perdas acumuladas em volume de negócios. A queda na procura afectou particularmente os sectores do comércio e retalho, que representam mais de 70 por cento das pequenas empresas do país. As empresas sofreram de falta de liquidez e com constrangimentos no capital de giro. As pequenas empresas, dependentes de numerário, sofreram dificuldades financeiras e acumularam atrasados. Apenas algumas empresas comerciais conseguiram capitalizar as oportunidades comerciais decorrentes da pandemia, como o fornecimento de equipamento médico e sanitário e os serviços digitais.

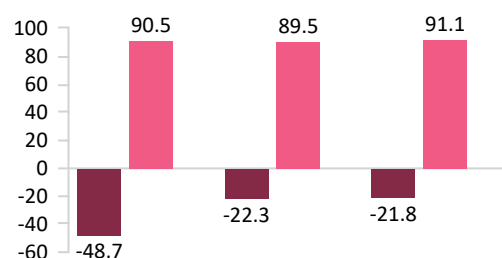
### As pequenas empresas foram as mais afectadas

(Figura 20). A maioria das empresas afectadas pela crise são pequenas (86,5 pro cento), 12,8 por cento são empresas de média dimensão e apenas 0,5 por cento são grandes empresas. As pequenas empresas registaram uma redução de 48,7 por cento do volume de negócios (termos homólogos) no segundo trimestre (INE, 2020b). As pequenas empresas têm estruturas de funcionamento mais frágeis e têm estado mais expostas à redução da procura, uma vez que negociam principalmente no sector retalhista com consumidores individuais. Numa perspectiva de empresa para empresa, as pequenas empresas podem também ter sido mais afectadas pela redução do volume de negócios nos seus maiores empreiteiros, que são mais susceptíveis de reduzir os contratos com pequenos fornecedores do que com os de maior dimensão. As médias empresas sofreram uma contracção de 45 por cento no volume de vendas durante o segundo trimestre (termos homólogos), enquanto as grandes empresas registaram uma redução de 10,8 por cento. Segundo a confederação das associações do sector privado (CTA, 2020), o declínio registado pelas grandes empresas, dado o seu maior peso, representa uma maior quota-parte da economia.



Figura 20: O impacto nas vendas tem sido particularmente severo para as pequenas empresas

Variação percentual do volume de vendas por tipo de empresas formais no primeiro semestre de 2020 (var. homóloga)



■ Variação anual de volume de negócios  
■ Proporção de empresas afectadas

Note: termos homólogos: compara 2020 com o mesmo período de 2019  
Fonte: Baseado no INE (2020b).

<sup>30</sup> As perturbações no comércio e nas cadeias de valor, e o declínio no preço global dos produtos de base, têm sido significativos. A desaceleração do crescimento nos principais mercados de destino das exportações de Moçambique, nomeadamente a União Europeia (responsável por 30,5 por cento das exportações do país), África do Sul (18,8 por cento), e Índia (17 por cento), levou a uma queda na procura dos seus produtos de exportação.

<sup>31</sup> Por exemplo, a muito esperada Decisão Final de Investimento (FID) do projecto de gás da Área 4 (liderada pela Exxon Mobil) foi adiada por pelo menos um ano. O outro grande investimento de gás em Cabo Delgado, liderado pela Total na Área 1, foi forçado a suspender as operações durante sete semanas após a descoberta de casos COVID-19 nos seus locais de construção.

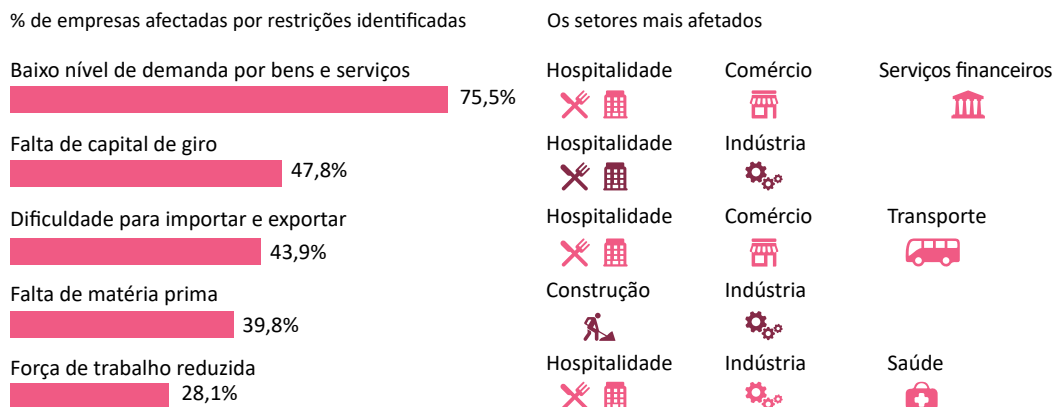
As empresas têm sido afectadas por uma combinação de dificuldades, incluindo restrições de liquidez, manutenção dos níveis de comércio internacional, falta de matérias-primas, e uma redução forçada da mão-de-obra no local (Figura 21). Quase metade das empresas enfrentou desafios de liquidez devido a vendas mais baixas e estruturas de custos inflexíveis. As dificuldades na importação e exportação afectaram 44 por cento das empresas em todo o país devido à redução do comércio global, à confusão inicial sobre os procedimentos fronteiriços e aos aumentos especulativos nos custos de transporte. A redução da mão-de-obra afectou 28 por cento das empresas, limitando a sua capacidade de produção.

**A capacidade das empresas em Moçambique para responder a este choque é reduzida, principalmente devido à sua fraca capacidade financeira.** A maioria das pequenas empresas não satisfaz os requisitos necessários para garantir empréstimos bancários. Mesmo para

a maioria das médias e grandes empresas, o custo do financiamento externo é proibitivo. Cerca de 75 por cento das empresas estão financeiramente excluídas. A *International Finance Corporation* (2017) estimou o défice de financiamento das micro, pequenas e médias empresas (MPME) em Moçambique em 10 por cento do PIB em 2017.<sup>32</sup> A empresa média em Moçambique tem 6 a 10 semanas de tempo de vida sem receitas (ou seja, assumindo o colapso do volume de negócios e na procura de exportação, e sem subsídios governamentais para custos laborais).<sup>33</sup> As empresas retalhistas têm menos tempo de sobrevivência (cerca de 5 semanas) do que as da indústria transformadora (mais de 13 semanas) e muito menos do que as da indústria extractiva (mais de 20 semanas). Dentro da indústria transformadora, as empresas exportadoras têm menor probabilidade de sobrevivência, dado o ciclo de pagamentos a que estão sujeitas. Os números de Moçambique para estes parâmetros não estão muito abaixo dos de outras economias emergentes.



**Figura 21: A queda na procura foi o maior constrangimento das empresas**



Fonte: INE (2020b).

**Empresas de todas as dimensões responderam à redução drástica das receitas reduzindo os seus custos de mão-de-obra.** As acções mais frequentes entre as empresas incluíram a redução do horário de trabalho, suspensão e

rescisão de contratos de trabalho (Figura 23). Cerca de 77.539 contratos salariais (2,3 por cento da mão-de-obra) foram rescindidos. Em consequência, no final de Junho de 2020, 3,6 por cento da força de trabalho tinha perdido o

<sup>32</sup> Um ambiente macroeconómico difícil, mobilização limitada de recursos internos, falta de informação de crédito, disponibilidade limitada de garantias, acesso limitado a facilidades de partilha de risco de crédito, e diversificação limitada de produtos financeiros, tudo isto ajuda a explicar esta lacuna.

<sup>33</sup> Bosio, et al. (2020).

seu emprego e 62.000 trabalhadores viram os seus contratos serem suspensos, de acordo com as disposições do Art.º 123 da Lei do Trabalho. No final do segundo trimestre, 20 por cento das empresas pagavam salários mais baixos. Cerca de 2,9 por cento de todas as empresas afectadas foram forçadas a cessar a sua actividade (Figura 22). O encerramento de empresas viáveis e a perda de empregos produtivos irá provavelmente reduzir a capacidade produtiva, com um possível impacto negativo no potencial de crescimento a longo prazo de Moçambique.

**Entre os trabalhadores afectados, as mulheres representavam uma percentagem maior (7 por cento das mulheres na força de trabalho) do que os homens (5,5 por cento dos homens na força de trabalho).** As mulheres afectadas trabalhavam principalmente no entretenimento e recreação, hotelaria e serviços. Os homens foram sobretudo afectados pela suspensão ou interrupção de contratos no sector extractivo, da construção e da hotelaria. Além disso, 56 por cento das empresas adoptaram a rotação de trabalhadores, mas apenas 19 por cento seguiram o calendário de rotação bissetimaneal recomendado pelo Ministério da Saúde, levantando questões sobre a eficácia da medida. A diminuição agregada de horas de trabalho efectivo no segundo trimestre

corresponde a 17,6 por cento dessas horas por pessoa.

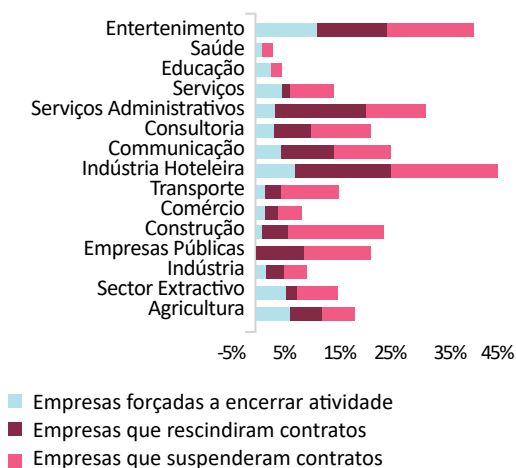
**Os cortes salariais e reduções de pessoal fizeram diminuir o rendimento das famílias e levaram a uma menor procura de bens.** As instituições financeiras consultadas indicaram que uma grande parte dos trabalhadores assalariados alavancou os seus salários para aceder a crédito para financiar actividades formais ou informais, a fim de ajudar a melhorar o seu nível de vida. Estas actividades são frequentemente confiadas a membros da família, que por sua vez obtêm as suas próprias fontes de rendimento. Como resultado, as reduções salariais e a perda de postos de trabalho tiveram um impacto maior do que o esperado nos trabalhadores assalariados e suas famílias.

**As empresas continuam a debater-se com dificuldades, apesar da abertura gradual da economia.** Os sectores da construção, hotelaria e comércio a retalho continuam a ser os mais afectados: 61 por cento das empresas continuavam a enfrentar limitações de actividade no final do terceiro trimestre. O indicador de emprego no terceiro trimestre estava no seu nível mais baixo do ano. Todos os sectores, excepto a indústria transformadora, esperam ver um aumento de preços no final do ano, reflectindo a tendência comum do período (INE, 2020c).



**Figura 22: Os trabalhadores do sector da hotelaria e entretenimento foram os mais afectados**

Mudança percentual no volume de vendas das empresas formais no primeiro metade de 2020 (ano a ano)

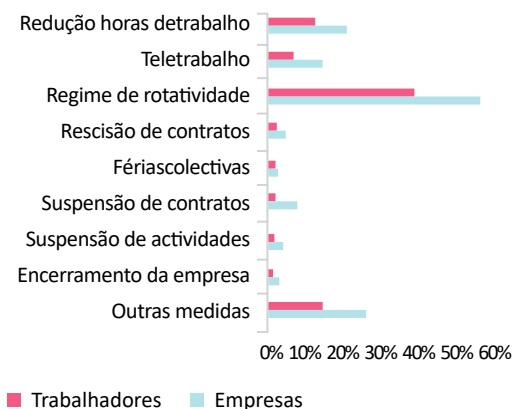


Fonte: INE (2020b)



**Figura 23: ... as empresas recorreram a cortes nos custos de mão-de-obra**

Mudança percentual no volume de vendas das empresas formais no primeiro metade de 2020 (ano a ano)



Fonte: INE (2020b)

## Como Respondeu o Governo a estes Impactos?

**O governo e o Banco Central têm prestado apoio ao sector privado através de uma combinação de medidas:** (i) medidas relativas ao sector financeiro e ao mercado de crédito; (ii) medidas fiscais; (iii) medidas relacionadas com os custos dos serviços públicos; e (iv) medidas relativas à mão-de-obra. Estas estão resumidas na Caixa 5. Os recursos previstos para apoio ao sector privado ascenderam a cerca de 1,5 por cento do PIB, com o orçamento disponível a atingir 0,6 por cento do PIB em Setembro de 2020. Contudo, apenas uma pequena parte deste montante foi desembolsada até à data. A eficácia das medidas tem sido baixa – por âmbito insuficiente ou por dificuldades de estrangulamentos processuais. Além disso, o apoio directo (transferências) não se encontrava entre as medidas adoptadas, e o apoio governamental não estava condicionado à manutenção de postos de trabalho. A perda de empregos produtivos e de competências essenciais pode ter implicações a longo prazo para as empresas e para a economia em geral, limitando assim a relação custo-eficácia das políticas.

### *Medidas relativas ao sector financeiro e ao mercado de crédito.*

**O Banco Central e o governo ajudaram a aliviar as restrições de liquidez das empresas em dificuldades financeiras.** O governo e o Instituto de Segurança Social financiaram uma linha de crédito de USD 22,9 milhões para fornecer apoio directo de liquidez das empresas. As linhas de crédito são geridas pelo Banco Nacional de Investimento (BNI) a uma taxa de juro descontada entre 8 e 12 por cento. No entanto,

os fundos eram demasiado limitados para aliviar as empresas de dificuldades financeiras e, até Setembro, seis meses após a introdução de medidas de distanciamento social, não tinha sido efectuado qualquer desembolso. Cerca de 1.031 empresas candidataram-se à linha de crédito do BNI, com pedidos num total de USD 152 milhões – 587 por cento mais do que os fundos atribuídos. A apresentação de novas propostas foi interrompida em Setembro devido ao excesso de procura.<sup>34</sup>

**Os bancos comerciais foram incentivados a satisfazer as necessidades de liquidez dos seus clientes do sector privado através da redução do rácio de reservas do Banco Central** (ver também Parte Um desta publicação). Esta medida ajudou a libertar liquidez na ordem de USD 90 milhões para os bancos comerciais. Além disso, o Banco Central flexibilizou as condições para a reestruturação do crédito dos clientes dos bancos comerciais até USD 500 milhões por seis meses, com base na avaliação da capacidade de pagamento dos mutuários nas novas condições.

**Os custos pouco atractivos e a incerteza em torno das condições de reembolso limitaram a adopção da linha de crédito de USD 500 milhões do Banco Central para comerciantes importadores pelos bancos comerciais.** O objectivo era financiar as transacções comerciais dos clientes ligadas à importação de bens de consumo, matérias-primas e equipamento essenciais. As empresas consideraram esta medida pouco atractiva por ter acrescentado 5,6 por cento em custos ao prémio Libor de seis meses, e porque as condições de reembolso eram incertas. A medida também não era atractiva para os bancos, devido aos baixos rácios empréstimo/depósito em moeda estrangeira.

<sup>34</sup> Na altura da redacção do presente relatório, 39 por cento das propostas tinham sido avaliadas. Dessas, apenas 25 por cento foram consideradas elegíveis, para uma dotação total de 14 milhões de dólares. No entanto, o desembolso só deverá ter lugar após a devida diligência sobre as garantias propostas pelos candidatos.

### Caixa 5: Medidas de apoio governamental às famílias e às empresas

Em meados de Outubro de 2020, o Governo moçambicano implementou uma série de medidas para fazer face ao impacto a curto prazo da pandemia da COVID-19 e para apoiar reformas de ajuda à recuperação:

#### Medidas de apoio às empresas:

- Adiamento dos pagamentos antecipados do IRPS e IRPC para pequenas empresas (volume de negócios inferior a 2,5 milhões de MZN) até 2021.
- Autorização de compensação de créditos fiscais de IVA com outros impostos devidos até 31 de Dezembro de 2020.
- Redução de 10 por cento nas tarifas de electricidade para as empresas.
- Suspensão das taxas de comissão de dinheiro móvel e aumento dos limites de transacções de dinheiro móvel durante três meses.
- Perdão de multas de contribuição social e redução das taxas de juro para pagamentos vencidos.
- Linha de crédito de USD 14,5 milhões para apoiar as pequenas e médias empresas (PME) afectadas pela crise para fins de tesouraria e aquisição de equipamento.

- Linha de crédito de USD 8,7 milhões reembolsável à taxa de juro de 4 por cento.

#### Medidas para proteger as famílias:

- Alargamento do número de beneficiários de programas de protecção social de 592.179 para 1.695.004 lares.
- Simplificação dos requisitos de identificação para transferências móveis de dinheiro para os beneficiários de protecção social.
- Criação de um fundo de estabilização dos preços dos combustíveis e afectação da poupança à resposta à COVID-19.
- Suspensão do IVA sobre o sabão, óleo e açúcar até ao final de 2020.
- Suspensão das taxas de água para clientes com consumo até 5m<sup>3</sup> e isenção de multas.
- Monitorização dos preços de mercado para travar preços oportunistas.
- Redução de 50 por cento nas tarifas de electricidade para as famílias de baixos rendimentos durante o estado de emergência.
- Proibição de despejo de inquilinos.
- Subsídios cruzados a garrafas de gás de cozinha.

**Os pagamentos digitais foram incentivados através da remoção das taxas de transacção e do aumento dos limites diários para promover as transacções sem dinheiro.** As taxas de transacção em dinheiro móvel foram removidas, e o limite diário foi aumentado. Os limites de transacções de dinheiro electrónico duplicaram para USD 757,5, e as taxas de comissão para transacções em carteiras móveis diminuíram em 50 por cento. Embora esta medida tenha sido bem recebida, o seu efeito foi limitado pela falta de preparação da economia para ficar sem dinheiro em espécie.

#### Medidas fiscais.

**Foram introduzidas medidas fiscais para apoiar as pequenas empresas.** O imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas "por conta" foi dispensado durante 2020 para as empresas que aderiram ao regime organizado (IRPC) e com um volume de negócios anual inferior a MZN 2,5 milhões (USD 36.000). O pagamento antecipado "especial por conta" foi também adiado para o início de 2021 para estas empresas. Além disso, até 31 de Dezembro de 2020, os contribuintes com créditos de IVA foram autorizados a compensar estes créditos com outros impostos devidos, desde que os casos já tivessem sido decididos em tribunal.<sup>35</sup>

<sup>35</sup> Todos os procedimentos legais foram inicialmente suspensos por 60 dias. Com a reabertura gradual da economia, os tribunais restabeleceram o serviço. No entanto, todos os prazos relacionados com todos os processos e procedimentos judiciais tinham sido suspensos, incluindo os prazos processuais de insolvência.

**Os impactos destas medidas fiscais foram limitados por critérios de elegibilidade demasiado restritivos.** O objectivo não incluía a maioria das pequenas empresas que estão registadas no regime simplificado. Como resultado, segundo o INE, 14,7 por cento das empresas não pagaram nenhuma das suas obrigações fiscais no final do segundo trimestre. Contudo, em Junho de 2020, 8,9 por cento das empresas de média dimensão e 11,6 por cento das grandes empresas – de longe os contribuintes fiscais mais importantes em termos absolutos – declararam ter incorrido em atrasos (INE, 2020b).

### *Medidas para reduzir os custos dos serviços de utilidade pública.*

**Foi introduzido um conjunto de medidas destinadas às empresas domésticas para reduzir os custos dos serviços públicos.** Entre estes contaram-se a suspensão das taxas da água para os pequenos consumidores e a isenção da cobrança de multas e a redução dos preços dos combustíveis. As facturas de electricidade foram reduzidas em 10 por cento para as empresas, e 3.000 clientes individuais de baixos rendimentos que consomem até 125 kW por mês foram autorizados a adiar o imposto fixo sobre a electricidade e viram a sua factura reduzida em 50 por cento.

### *Medidas para a força de trabalho.*

**Foram introduzidas medidas temporárias para regular as relações laborais.** Apenas 50 por cento dos empregados foram autorizados a frequentar o local de trabalho, excepto em indústrias essenciais, com uma rotação das equipas de serviço de 15 em 15 dias. Simultaneamente, foi permitido o trabalho à distância e a utilização das TIC. Um inquérito independente apurou que apenas 22 por cento das empresas necessitavam de todo o pessoal a trabalhar no escritório. O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) perdoou multas e reduziu os juros de mora resultantes do não cumprimento

das contribuições para a segurança social. A remuneração por absentismo dos empregados infectados pela COVID-19, ou dos empregados que prestavam cuidados a membros da família infectados, são cobertas pelo INSS.

### *Como ajudar as empresas a avançarem?*

**A curto prazo, as medidas de apoio às empresas viáveis precisam ser reforçadas. Os activos produtivos e os postos de trabalho devem ser protegidos e, a médio prazo, a agenda de reformas estruturais terá de ser reanimada.** O apoio precisa de se concentrar nas empresas mais afectadas pela crise e que eram economicamente viáveis antes dela. Será importante promover a reafecção de recursos às empresas de média dimensão mais eficientes e evitar medidas que possam vir a favorecer empresas inviáveis ou indústrias em declínio.<sup>36</sup> Na fase de recuperação, o apoio deverá concentrar-se na produtividade, transformação económica e criação de emprego. Isto inclui a eliminação gradual de medidas de alívio e a implementação de políticas que apoiem as aptidões das empresas, incluindo a adopção da digitalização e melhores práticas de produção. Isto pode facilitar ligações aos megaprojectos e explorar oportunidades nos mercados internacionais.

**As medidas implementadas até agora não visaram cabalmente os sectores mais afectados pela pandemia, como hotelaria e turismo, transportes, microempresas ou empresas familiares.** Os incentivos, as injeções de dinheiro e os benefícios fiscais não foram formatados às características das empresas destes sectores. Olhando para o futuro, é crucial formatar as medidas e a sua implementação aos diferentes contextos regionais em Moçambique. O apoio ao sector privado devia ser mais rápido, mais transparente e mais calendarizado para enfrentar os desafios imediatos de liquidez, evitar despedimentos generalizados e reduzir eficazmente as falências de empresas.<sup>37</sup> É também essencial continuar a melhorar a transparência, publicando informação sobre a

<sup>36</sup> Em particular, é necessário melhorar as condições para reduzir o número de “empresas-zombies” – aquelas que ganham apenas o dinheiro suficiente para continuar a operar e a servir a dívida, mas que são incapazes de pagar a sua dívida e, por sua vez, incapazes de investir ou crescer, desviando assim recursos de empresas saudáveis e viáveis (Adalet McGowan et al. (2017)). Em Moçambique, as “empresas-zombies” representam provavelmente uma parte significativa das MPME registadas. Mesmo em circunstâncias normais, muitas MPME lutam para crescer devido a um misto de factores, incluindo mau capital humano, acesso difícil a crédito, baixa capitalização, e más práticas financeiras e de gestão.

<sup>37</sup> Banco Mundial (2020b).

atribuição e execução do apoio às empresas no âmbito da COVID-19.

**As secções abaixo descrevem dois cenários de medidas de apoio às empresas:** cenário 1 – surto de COVID-19 com uma segunda vaga significativa; e cenário 2 – COVID-19 estabiliza, entra-se na fase de recuperação.

### ***Cenário 1: Surto de COVID-19 com uma segunda vaga significativa.***

**Em caso de uma aceleração dos casos COVID-19 nos países que são parceiros comerciais,** medidas restritivas e bloqueios prolongados, e persistência de baixos níveis de procura, as empresas necessitarão de apoio adicional em liquidez através de medidas de alívio.

**Incidir o foco das políticas nas empresas formais mais afectadas pelos choques de procura e que eram economicamente viáveis antes da crise, para proteger os activos produtivos e evitar o desemprego dos trabalhadores produtivos.** Dados de mais de 30 países mostram que a principal queda nas vendas devido ao choque da COVID ocorre em torno do pico da crise de saúde e é persistente acentuada após 16 semanas. O apoio à tesouraria das empresas deve ser condicionado à protecção do emprego para defender as competências críticas e a capacidade produtiva a longo prazo.

**Adaptar as limitações na actividade económica por região e sector, visando maior eficácia.** Os resultados apresentados pela avaliação do INE sobre a crise da COVID-19 no sector privado sugerem que as empresas foram afectadas por causas heterogéneas e de forma diferente dependendo do sector e localização. Por exemplo, mais de 36.000 empresas foram afectadas na Província de Maputo, representando 44 por cento de todas as empresas afectadas durante a crise, seguindo-se Nampula, com 8 por cento. Isto é consequência do grau de distanciamento social, da densidade da população, e da mobilidade dos trabalhadores.

**Reforçar e alargar as linhas de crédito com desconto para satisfazer a procura,** com o apoio

de países parceiros ou agências multilaterais. Tornar as linhas de crédito acessíveis a partir dos bancos comerciais em vez de apenas do BNI pode aumentar a eficiência da atribuição de fundos, motivada por um ambiente competitivo. Em tal caso, deve ser criado um painel de selecção e uma base de dados únicos para evitar o duplo financiamento das mesmas empresas. Os critérios para identificar os beneficiários poderiam ser um misto dos seus resultados nos últimos três anos e o volume de negócios, número de pessoal formalmente empregado e um número mínimo de anos de operação. O êxito da medida dependerá da capacidade das instituições gestoras para seleccionar os beneficiários de forma transparente, dar uma resposta rápida às candidaturas, e desembolsar rapidamente os fundos.

**Alargar os benefícios fiscais e o adiamento do pagamento a uma maior percentagem de empresas.** Isto poderia ser alcançado com a inclusão das empresas abrangidas pelo regime fiscal simplificado (ISPC), e considerando o aumento do limiar para os contribuintes abrangidos pelo regime organizado (IRPC) para 14,7 milhões de MZN (de acordo com a definição de pequenas empresas)<sup>38</sup> ou 1 milhão de dólares de volume de negócios (considerados como pequenos contribuintes). Além disso, o requisito de resolução de processos judiciais para adiamento do IVA deve ser repensado. Considerando o já limitado espaço fiscal do orçamento público, a implementação desta medida poderiam contar com recursos a serem mobilizados através de (i) poupanças do DSSI, (ii) apoio dos parceiros de cooperação, e (iii) expansão da base tributária.

**Apoiar os empresários independentes (de subsistência) informais e as empresas familiares através de programas de protecção social.** O plano do governo de oferecer às microempresas subsídios em dinheiro de USD 200 reembolsáveis em seis meses para compensar a perda de rendimentos é pertinente. No entanto, o montante parece inadequado e difícil de implementar a esta escala<sup>39</sup>. Políticas concebidas para visar empresas formais, mesmo as pequenas, podem ser menos eficazes para

<sup>38</sup> Decreto n.º 44/2011 de 21 de Setembro.

<sup>39</sup> Uma análise alargada das conclusões de experiências internacionais pode ser encontrada em Gaffurini e Campos (2020).

empresas informais, que têm níveis inferiores de competências, capital humano e acesso ao financiamento. O subemprego em massa é uma característica estrutural e persistente da economia moçambicana, que tem sido exacerbada pela COVID-19. Mesmo o regresso à situação do costume significa uma aflição económica contínua. Sem acções decisivas para enfrentar estes constrangimentos estruturais, o sector informal continuará a ser uma grande parte da economia.

### **Cenário 2: COVID-19 estabiliza, entra-se na fase de recuperação.**

**Concentrar o apoio ao sector privado formal na fase de recuperação sobre a produtividade e transformação económica e sobre a criação de emprego.** Se o número de casos for mantido sob controlo e a normalização das actividades económicas continuar, incluindo também nos principais parceiros comerciais do país, o governo poderá começar a eliminar gradualmente as políticas de alívio a favor de medidas estruturais que melhorem o desempenho fiscal do país e as perspectivas de recuperação económica.

**Combinar o acesso ao capital com esforços para melhorar as condições em que o sector privado opera, particularmente as PME.** A facilitação do acesso ao capital é importante, se for acompanhada de outras intervenções na cadeia de oferta. Como se viu depois do *Tsunami* que atingiu o Sri Lanka em 2004,<sup>40</sup> e depois do Grande Terramoto do Japão Oriental em 2011,<sup>41</sup> a falta de acesso a capital inibe o processo de recuperação. Por outro lado, as empresas que receberam subvenções atribuídas aleatoriamente conseguiram recuperar os níveis de lucro que obtinham quase dois anos antes de outras empresas afectadas. O capital é importante para a recuperação do sector retalhista, ao passo que o sector industrial e de serviços necessita de apoio para restaurar as suas cadeias de valor fracturadas. Além disso, as PME podem beneficiar de orientação para apoiar a resiliência do negócio. Exemplos de programas de apoio virados para o futuro são os programas de mentoria e *workshops* financeiros realizados em Queensland, na Austrália, para

ajudar as PME a navegar em períodos de crise.

### **Continuar a melhorar os quadros para as transacções seguras e para a insolvência.**

Em 2019 foi promulgada uma nova lei sobre transacções seguras e previa-se o lançamento de um registo de garantias móveis em 2021. O quadro de resolução de insolvências em Moçambique é melhor do que nos seus pares, mas os credores ainda enfrentam grandes desafios na recuperação da dívida. O Regulamento dos Administradores de Insolvência foi aprovado em 2019, mas precisa de ser complementado com capacitação e um maior recurso à resolução extrajudicial de litígios. O novo quadro pode ajudar as MPME a ter maior acesso a capital. A oferta de novos produtos financeiros, como o *leasing* e o *factoring*, tornar-se-á mais viável.

### **Investir em competências, desenvolvimento de infra-estruturas e condições para apoiar o desenvolvimento de uma indústria transformadora local.**

Isto aumentará a resiliência da economia face a choques externos e globais na cadeia de oferta, e ajudará a desenvolver cadeias de valor locais integradas. Moçambique classificou-se na posição 84 (entre 160) economias no *Logistics Performance Index* de 2016, com um desempenho fraco na qualidade da sua infra-estrutura comercial e de transportes, e na competência e qualidade dos seus serviços logísticos. Moçambique tem também um nível baixo de infra-estruturas de electricidade, além de problemas de perdas no transporte e distribuição.

### **Melhorar a capacidade do sector privado para aproveitar oportunidades, melhorando as capacidades e promovendo o investimento na formação de trabalhadores, formação em gestão, serviços de desenvolvimento empresarial, e a adopção de tecnologia.**

As empresas moçambicanas têm uma pontuação baixa nas medidas de capacidade. As más práticas de gestão significam falta de mecanismos eficientes de produção, pouco desenvolvimento de talentos, falta de planeamento e de definição de objectivos, e pouco recurso a documentação para apreender lições. As empresas maiores são mais susceptíveis de empregar mais

<sup>40</sup> Mel, McKenzie, Woodruff (2014).

<sup>41</sup> Kashiwagi, (2019).

trabalhadores e gestores qualificados e de oferecer formação adicional.<sup>42</sup>

**Melhorar a digitalização de dados e disponibilizar bases de dados integradas às instituições públicas para melhorar a orientação** das políticas públicas e as medidas de apoio ao sector privado. Os escassos recursos públicos podem, portanto, ser investidos de forma mais eficiente durante a fase de recuperação e para além dela. As autoridades poderiam criar um ambiente propício à experimentação de serviços inovadores e remover obstáculos à utilização de tecnologias mais eficientes pelas instituições financeiras. As tecnologias digitais têm sido factores decisivos de mudança em tempos de crise, mas as empresas em Moçambique estão atrasadas em relação a outros países africanos na adopção de novas práticas comerciais, como é o caso das plataformas digitais. Para colmatar esta lacuna, (i) as instituições reguladas deveriam ser autorizadas a experimentar novos produtos e serviços sob fiscalização, com regulamentação seguindo uma abordagem segundo a necessidade e com base no risco proporcional; (ii) o campo de ensaios (sandbox) regulamentar para as empresas fintech (serviços de tecnologia financeira) serem eixo de soluções inovadoras e modelos empresariais num ambiente controlado deveria ser racionalizado; e (iii) todos os participantes no mercado deveriam ter acesso a condições equitativas de concorrência.

### *Medidas sectoriais específicas.*

**Melhorar as condições de enquadramento para o sector agrícola e alimentar.** Aumentar o acesso a insumos agrícolas (sementes e fertilizantes), equipamento e serviços de transporte para sustentar culturas de ciclo curto como a horticultura e a batata, pode assegurar o abastecimento de alimentos – especialmente aos centros urbanos – e apoiar os agricultores peri-urbanos. Facilitar acordos entre agricultores e distribuidores em áreas urbanas racionalizaria a cadeia de abastecimento de alimentos. O primeiro passo seria que o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento

Rural e as organizações que trabalham no desenvolvimento de agricultores colaborassem na actualização do mapeamento de produtores e produção.

**Implementar medidas específicas para relançar a indústria da hotelaria, duramente atingida.** Em primeiro lugar, criar capacidade de promoção de investimento para avaliar, desenvolver e agrupar oportunidades de investimento. Dado que a expectativa é que os turistas internacionais regressem lentamente, a promoção de oportunidades para preencher lacunas no alojamento de nível médio pode atrair investimento para responder à procura interna. O turismo interno pode ser impulsionado com a oferta de tarifas aéreas reduzidas durante a época baixa ou como parte de pacotes de baixo custo. Os visitantes internacionais podem ser atraídos através da criação de um balcão único online com uma linha de informação, para atrair e informar potenciais turistas e fazer face à cobertura negativa dos meios de comunicação social. Além disso, o fomento de ligações entre a indústria hoteleira e os produtores locais pode aumentar a sua integração na cadeia de valor do turismo e reduzir a dependência das importações.

## **A COVID-19 tem afectado principalmente os agregados familiares urbanos vulneráveis**

**O impacto da COVID-19 nos agregados familiares tem sido principalmente sentido através da perda de rendimentos e emprego,** especialmente entre os pobres que trabalham no sector informal. Moçambique tem ainda um número relativamente pequeno de mortes e pessoas que adoecem devido à COVID-19 (Caixa 1). A pandemia está a afectar principalmente os agregados familiares através de dois canais interligados: rendimentos e empregos, e vulnerabilidade à pobreza.

**Devido à estrutura do mercado de trabalho, o impacto da COVID-19 no emprego e nos rendimentos tem sido principalmente**

<sup>42</sup> Lemos & Scur (2014).

**nas cidades.** Mais de 70 por cento da força de trabalho está na agricultura, seja por conta própria ou em emprego informal. A maioria dos restantes trabalhadores (24 por cento) participa nos sectores dos serviços, com uma pequena fracção (4,9 por cento) empregados na indústria transformadora. As medidas de distanciamento social e o encerramento de empresas reduziram substancialmente a produção económica, o emprego e os rendimentos nas principais cidades.

### *O impacto negativo no rendimento e no emprego tem sido substancial.*

**A população urbana tem sido duramente atingida.** Segundo os resultados de um inquérito de alta frequência (IAF) conduzido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE),<sup>43</sup> 67 por cento da população urbana não estava a trabalhar em Junho de 2020, sendo que mais de um terço trabalhava antes da COVID-19, em Março (Figura 24). Isto indica grandes perdas de emprego e de rendimentos, provavelmente associadas à pandemia (Figura 28). Mais de 70 por cento dos trabalhadores indicaram que não conseguiam trabalhar normalmente – destes, apenas 9 por cento recebiam o seu salário na totalidade. Cerca de 41 por cento dos agregados familiares urbanos entrevistados declararam uma redução nos seus rendimentos salariais. Além disso, a maioria dos pobres urbanos obtém o seu rendimento através do auto-emprego na economia informal, principalmente no comércio retalhista de pequena escala como pequenas lojas, bancas de produtos alimentares, etc. O auto-emprego informal é também o principal meio de subsistência dos não pobres urbanos que são vulneráveis a cair na pobreza.

**As perdas de emprego e de rendimentos concentram-se em sectores e áreas onde os pobres predominam.** Os sectores dos serviços

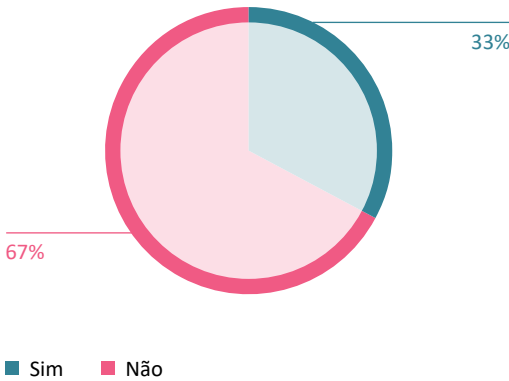
(retalho, transportes, restauração, turismo, serviços pessoais, etc.), que empregam a maioria dos pobres urbanos, contabilizaram 60 por cento da redução global de empregos registada (Figura 28). Essa queda foi observada em todas as províncias, mas foi particularmente notória em Manica, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia, estando as três últimas entre as províncias mais pobres (Figura 27), sendo também províncias onde uma parte significativa das famílias declarou perdas significativas de rendimento (Figura 28).

**Para as famílias rurais, o efeito da COVID-19 nos rendimentos do trabalho é menos importante.** A maioria das famílias rurais consiste em pequenos agricultores que ganham a sua subsistência principalmente com a agricultura tradicional (85 por cento), que está relativamente menos exposta aos efeitos negativos das medidas de confinamento. O emprego rural não agrícola está em maior risco, mas a sua percentagem é baixa, sendo apenas 9 por cento de todos os empregos primários. A maior parte dos rendimentos provenientes da agricultura assume a forma de autoconsumo e, em menor grau, de vendas da produção. Apenas 18 por cento dos agricultores praticam pelo menos uma cultura de rendimento e menos de metade vendem uma parte da sua produção no mercado. Além disso, a densidade populacional é muito menor nas zonas rurais, o que ajudou a reduzir a propagação do vírus. Do número total de postos de trabalho (registados) perdidos devido à COVID-19, apenas 5 por cento foram atribuídos à agricultura. Entretanto, a vulnerabilidade da população rural pode ter sido exacerbada considerando que a alternativa para empregos não-agrícolas é o sector informal, incluindo nos centros urbanos significativamente afectados pela crise imposta pela COVID-19.

<sup>43</sup> O inquérito foi realizado entre 19 e 30 de Junho de 2020 e centrou-se em 1.185 agregados familiares urbanos, o que corresponde a 5.938 indivíduos.

**Figura 24: Perdas significativas de emprego ocorridas durante a pandemia...**

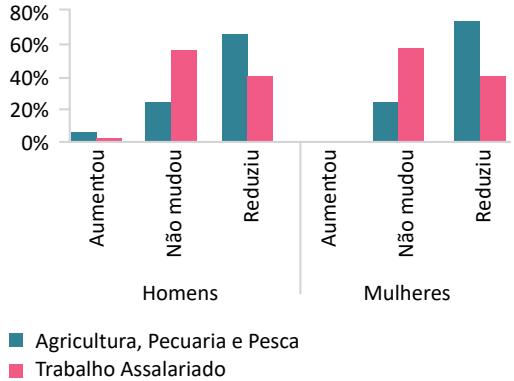
Indivíduos com emprego nos 7 dias anteriores ao inquérito (%)



Fonte: Corpo técnico do Banco Mundial baseado em IAF

**Figura 25: ...levando a declínios no rendimento das famílias**

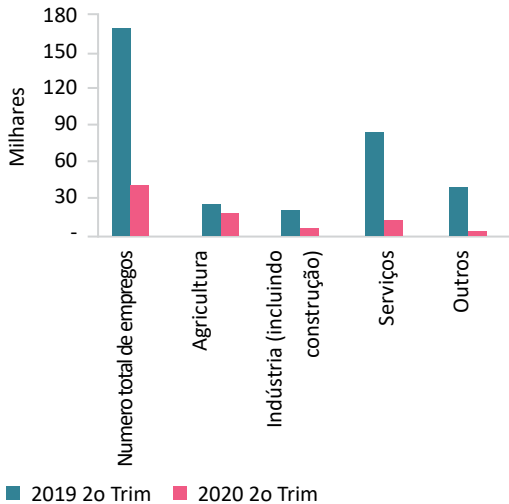
Percentagem de famílias que declaram alterações no rendimento desde o surto da COVID (%)



Fonte: Corpo técnico do Banco Mundial baseado em IAF

**Figura 26: As perdas de emprego concentraram-se nos serviços, onde a maioria dos pobres está empregada**

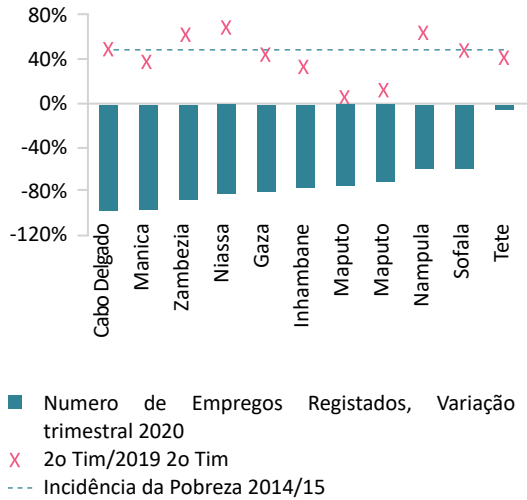
Número de postos de trabalho registados (milhares)



Fonte: Corpo técnico do Banco Mundial baseado no Boletim Trimestral do Ministério do Trabalho

**Figura 27: As províncias mais pobres foram particularmente afectadas**

Níveis de pobreza e variação nos empregos registados (%)



Fonte: Pessoal do WB baseado no Boletim Trimestral do Ministério do Trabalho

Embora as remessas de emigrantes tenham diminuído, espera-se que o impacto global sobre os agregados familiares seja limitado. O influxo total de remessas foi de USD 36,8

milhões no primeiro semestre do ano, 26 por cento inferior ao do mesmo período em 2019. Mas, ao contrário de outros países da região, Moçambique não é altamente dependente

das remessas do estrangeiro. Os fluxos de remessas representaram 1,1 por cento do PIB em 2018 e 0,9 por cento em 2019.<sup>44</sup> As remessas são mais importantes na parte sul do país, que normalmente tem uma maior percentagem de migrantes para a África do Sul, o país mais afectado na região. Com o fecho da economia na África do Sul para conter a propagação da COVID-19, muitos migrantes moçambicanos regressaram a casa, o que significa que deixaram de ganhar dinheiro para sustentar as suas famílias. Contudo, a recente flexibilização das medidas de restrição na África do Sul e a abertura das fronteiras permitiu que os migrantes regressassem ao seu local de trabalho, o que irá contrariar o declínio inicialmente esperado das remessas.

**O rendimento perdido directamente por causa de morte e doença foi reduzido.** O número de mortes e casos positivos de COVID-19 ainda é baixo em Moçambique (Caixa 1). Os resultados do IAF mostram que a maioria dos agregados familiares urbanos estavam conscientes da COVID-19 e cumpriam as medidas preventivas. As despesas não previstas com cuidados de saúde também não afectaram muito os agregados familiares. Os membros de agregados familiares pobres e vulneráveis que adoeceram foram tratados através do Sistema Nacional de Saúde,

que é mais acessível que as clínicas privadas. Os resultados do IAF indicam que os agregados familiares urbanos não enfrentaram problemas no acesso ao tratamento médico geral.

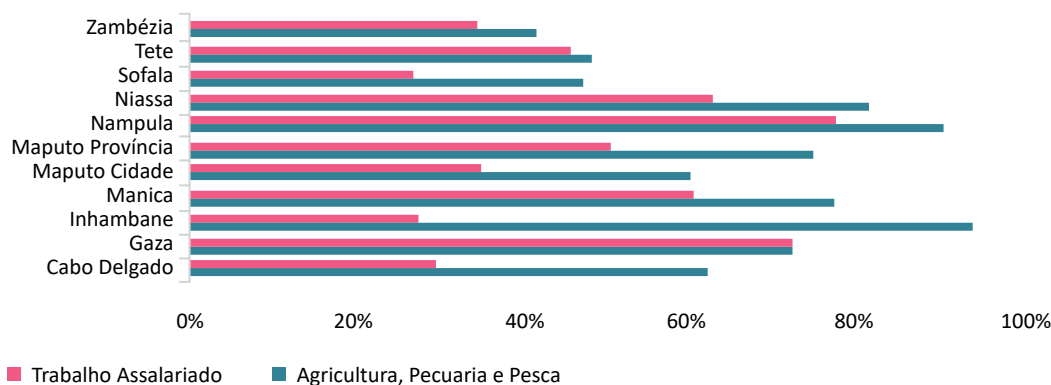
#### **A COVID-19 levou à insegurança alimentar.**

Os resultados do IAF mostram que, em Junho, 76 por cento dos agregados familiares urbanos entrevistados expressaram preocupação quanto a não terem comida suficiente e 37 por cento tinham passado um dia sem comer. Os preços dos alimentos aumentaram quase 8 por cento em termos homólogos em Agosto, contra 3,4 por cento no mesmo período de 2019. Os orçamentos de consumo das famílias pobres e não pobres mas vulneráveis são sensíveis ao aumento dos preços dos alimentos. Em média, as famílias rurais e urbanas gastam 60 por cento e 40 por cento do seu rendimento em alimentos, respectivamente, e estas percentagens são ainda mais elevadas para as famílias com baixos rendimentos. Em tempos normais, 1 em cada 4 famílias é considerada cronicamente insegura em termos alimentares. Moçambique é um importador líquido de produtos básicos como o milho e o arroz, o que faz aumentar o risco de escassez de alimentos e de aumentos de preços devido a rupturas de oferta. Por exemplo, 94 por cento das importações de milho provêm da África do Sul.



**Figura 28: As perdas de rendimento foram maiores entre as famílias das províncias mais pobres**

Famílias que declaram perdas de rendimento (%)



Fonte: Corpo técnico do Banco Mundial com base no IAF

<sup>44</sup> Banco Mundial (2020e).

## A COVID-19 pode destruir muito do progresso recente na redução da pobreza

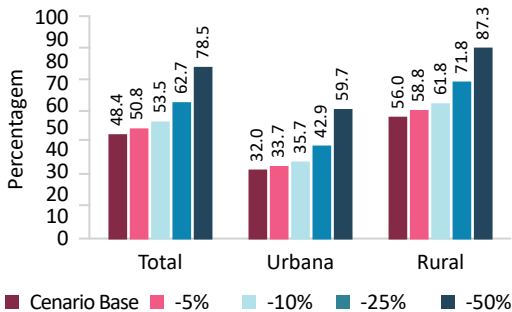
A pandemia atingiu Moçambique quando o país já enfrentava significativas vulnerabilidades socioeconómicas. De acordo com a metodologia aplicada pelo Banco Mundial na sua última Avaliação da Pobreza de Moçambique,<sup>45</sup> e utilizando dados do inquérito ao orçamento familiar de 2014/15<sup>46</sup> e uma linha nacional de pobreza de MZN 25,9 por pessoa por dia, 48,4 por cento da população são classificados como pobres – 56 por cento dos agregados familiares rurais e 32 por cento dos agregados familiares urbanos. Quase 8 de cada 10 pessoas pobres vivem em zonas rurais. Quando avaliado em relação à linha de pobreza internacional (USD 1,9 PPP), pobreza incidência da pobreza aumenta para 62,9 por cento a nível nacional. O segundo maior grupo é o de pessoas "não pobres mas vulneráveis a caírem na pobreza", representando 25 por cento da população. Mesmo uma ligeira queda no consumo empurraria muitos destes agregados familiares para a pobreza. A vulnerabilidade dos

agregados familiares pobres é ainda mais agravada pela posse de poucos bens e acesso limitado a serviços básicos, especialmente nas zonas rurais.

As simulações sugerem que pelo menos mais 1,4 milhões de moçambicanos podem ficar abaixo do linha nacional de pobreza. Foi usado um primeiro cenário, que pressupõe um declínio no consumo para toda a população, para estimar a magnitude dos efeitos.<sup>47</sup> Os resultados, apresentados na Figura 29, destacam os elevados níveis de vulnerabilidade. Uma redução a curto ou médio prazo de 10 por cento no consumo *per capita* em todas as famílias – um pressuposto razoável dada a dimensão da crise (ver Caixa 1) – aumentaria a taxa de pobreza em mais de 5 pontos percentuais, de 48,4 para 53,4 por cento. Isto equivale a mais 1,4 milhões de moçambicanos caírem para baixo do limiar de pobreza. Este choque destruiria metade dos ganhos na redução da pobreza alcançados entre 2008 e 2015, o período com o crescimento mais rápido da despesa de consumo. Um cenário mais negativo poderia ver a taxa de pobreza subir para 62,7 por cento, bem acima dos níveis registados em 2002-03. Este cenário baseia-se numa redução de 25 por cento no consumo (Figura 29).

**Figura 29: A pobreza irá aumentar mesmo no cenário mais optimista**

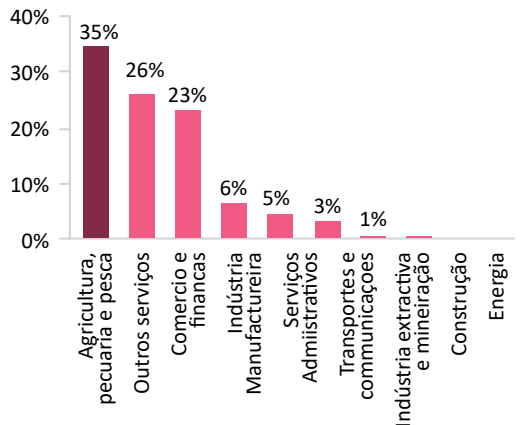
O impacto modelado do consumo diminui sobre a quota de pobreza



Fonte: Cálculos do corpo técnico do Banco Mundial

**Figura 30: A maioria dos empregos urbanos são nos sectores suscetíveis de serem mais duramente atingidos**

Percentagem de trabalhadores urbanos por sector económico



Fonte: Banco Mundial com base no IOF 2014/15

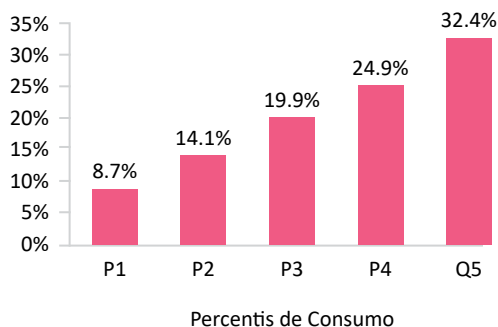
<sup>45</sup> Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/2015.

<sup>46</sup> Banco Mundial (2018).

<sup>47</sup> O inquérito nacional aos orçamentos familiares não recolhe dados completos sobre o rendimento.

**Figura 31: Uma grande parte dos empregos de risco é ocupada por pessoas vulneráveis**

Percentagem de trabalhadores urbanos por vulnerabilidade do consumo

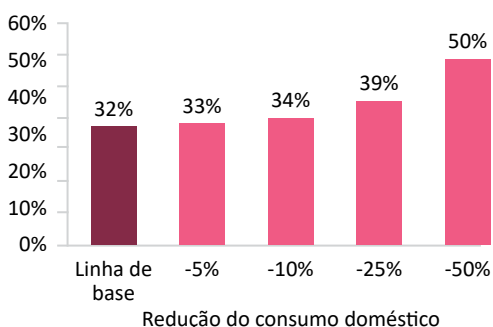


Fonte: Banco Mundial

A perda de trabalho ou a redução do horário laboral pode ter efeitos importantes na pobreza urbana e na desigualdade. Cerca de 64 por cento dos empregos na economia urbana encontram-se nos sectores em maior risco de serem negativamente afectados pela COVID-19 (cor-de-rosa na Figura 30). A desagregação adicional mostra que 42,7 por cento destes empregos em risco são detidos por trabalhadores com qualificações baixas e médias (ou seja, os dos três primeiros quintis, representando aproximadamente os pobres e vulneráveis) (Figura 31). A perda de trabalho ou a redução do horário laboral nestes sectores pode ter efeitos significativos na pobreza urbana e na mobilidade económica descendente. Para analisar este aspecto foram feitas simulações de diferentes reduções no consumo para ver o impacto nas famílias com pelo menos um trabalhador nos sectores "em maior risco". A análise constatou que uma queda temporária no consumo de 10 por cento aumentaria o número de pessoas em situação de pobreza urbana em mais de 2 pontos percentuais (de 32 por cento para 34,1 por cento), acrescentando quase 250.000-300.000 pessoas extra pobres aos 3.400.000 indivíduos urbanos já em situação de pobreza. Um cenário que pressupõe um declínio de 25 por cento no consumo doméstico duplicaria

**Figura 32: Uma queda no consumo poderia resultar num aumento significativo da pobreza urbana**

Modelação do impacto da pobreza nos agregados familiares com membros empregados em sectores de risco



Fonte: Banco Mundial com base no IOF 2014/15

os efeitos da pobreza (Figura 32).

## O capital humano é prejudicado pelo encerramento de escolas

Espera-se que as perturbações na prestação de serviços afectem o capital humano a médio e longo prazo. As escolas foram encerradas durante o Estado de Emergência. Embora esta tenha sido uma medida importante para evitar a propagação do vírus, a mesma interrompeu o ensino para cerca de 6,5 milhões de crianças no ensino primário e 1,2 milhões de crianças no ensino secundário. Enquanto outros países passaram a uma modalidade de ensino online, praticamente, Moçambique não tem nenhuma capacidade para proceder como tal, pois apenas 7 por cento da população tem acesso à Internet.<sup>48</sup> O encerramento de escolas significou a perda de tempo de aulas para os estudantes.<sup>49</sup> Com taxas de abandono escolar já elevadas, o encerramento das escolas pode ter reduzido ainda mais as taxas de retenção já baixas. Antes da pandemia, um em cada quatro alunos que começaram na primeira classe tinham abandonado a escola até à terceira classe (Banco Mundial, 2018). Além disso, 47 por cento concluíram apenas o primeiro nível

<sup>48</sup> De acordo com os resultados do censo de 2017.

<sup>49</sup> É provável que isto afecte mais os agregados familiares rurais, uma vez que a avaliação do impacto da COVID baseada no Inquérito de Alta Frequência (IAF) concluiu que, em Junho de 2020, mais de 80 por cento dos agregados familiares urbanos entrevistados tinham conseguido encontrar actividades educativas alternativas após o encerramento das escolas.

do ensino primário, e apenas 20 por cento fizeram o ensino primário completo.<sup>50</sup>

**Quase metade das crianças rurais consideram-se como cronicamente subnutridas.** As disrupções dos sistemas existentes<sup>51</sup> para fornecer alimentação às crianças agravaram o seu estado nutricional, lesando o seu

desenvolvimento físico e cognitivo a curto e longo prazo.

**No seu conjunto, estes impactos são susceptíveis de retardar o progresso de Moçambique no sentido de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como discutido na Caixa 6.**

### **Caixa 6: Como irá a COVID-19 afectar a capacidade de Moçambique para atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?**

**A COVID -19 está a exacerbar o já lento progresso de Moçambique no alcance os ODS.** A percentagem da população que vive em pobreza extrema estava a diminuir lentamente entre 2009 e 2015, de 69 para 63 por cento. A COVID-19, que vem juntar-se ao choque da dívida oculta em 2016 e aos ciclones tropicais em 2019, inverteu a tendência descendente da incidência da pobreza. Espera-se que a subnutrição, que já estava em ascensão antes da COVID-19, aumente ainda mais, conjuntamente com problemas de atrofiamento entre as crianças com menos de cinco anos. Quanto à igualdade de género, as mulheres vítimas de violência por parte de um parceiro íntimo, que caiu apenas 5 pontos percentuais para 20 por cento entre 2000 e 2017, viram os riscos agravados pelas medidas de contenção. A limitada mobilidade permitida durante o Estado de Emergência, não só expuseram raparigas e mulheres a períodos mais longos com os seus parceiros, como também reduziram as fontes de rendimento dos agregados familiares (constituindo uma fonte de conflito no seio da família).

**A pandemia irá contrariar os ganhos substanciais observados nos indicadores de saúde e educação.** A taxa de mortalidade

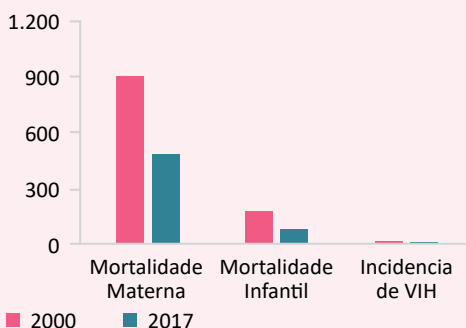
materna diminuiu praticamente para metade entre 2000 e 2015, de 915 para 489 por 100.000 nados-vivos. Entre 2000 e 2017, a mortalidade infantil reduziu-se para quase um terço, de 170 para 72 por 1.000 nados-vivos (Figura 33), e a incidência do VIH caiu de 18 para 9 por 1.000 adultos não infectados. Estes ganhos na saúde deverão diminuir com o desvio dos recursos para outras áreas de saúde, e com os agregados familiares a evitarem recorrer às unidades sanitárias. A educação, que tem sido uma história de sucesso em termos de acesso desde os anos 2000, registará um retrocesso. Para além da interrupção do processo de ensino devido aos esforços para conter a propagação do vírus, a COVID-19 exacerbou a desigualdade tanto no acesso como na qualidade da educação. No contexto de uma qualidade de ensino já baixa, a capacidade dos alunos de frequentarem aulas à distância é função positiva do rendimento familiar, favorável aos alunos privilegiados em escolas privadas em áreas urbanas. É de esperar que os alunos de famílias urbanas e rurais pobres fiquem bastante para trás em termos do acesso e da qualidade educativa, o que, por sua vez, afectará as suas perspectivas no mercado de trabalho.

<sup>50</sup> Estes números são baseados na análise do Censo da População e Habitação de 2017. A análise foi limitada a crianças com 11 anos de idade para o primeiro nível do ensino primário e 13 anos para o ensino primário completo.

<sup>51</sup> Principalmente com base na escola, embora cobrindo uma fracção muito pequena de crianças.



**Figura 33: A mortalidade materna e infantil diminuiu significativamente**



Nota: Os dados de mortalidade materna e infantil são por 100.000 e 1.000 nados-vivos, respectivamente. A incidência de VIH é por 1.000 adultos não infectados.

**A COVID-19 também trouxe desafios para a monitoria do progresso no alcance do ODS.** A interrupção das operações de

recolha de dados no terreno devido às medidas de distanciamento social e os cortes de financiamento nos institutos de estatística dos países de baixo rendimento limitaram a disponibilidade dos dados necessários para monitorizar o progresso no alcance dos ODS. Assim, a pandemia da COVID-19 não só está a gerar um enorme retrocesso na materialização da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, como também está a exacerbar as desigualdades globais de dados. O inquérito aos agregados familiares de Moçambique, a principal fonte para monitorizar o progresso na redução da pobreza, foi interrompido em Abril de 2020 para conter a propagação do vírus. Felizmente, com a aplicação de medidas de biossegurança rigorosas, as actividades de campo foram retomadas e espera-se que o inquérito seja concluído em Dezembro de 2020.

## Como apoiar as famílias?

O governo tomou algumas medidas para ajudar as famílias vulneráveis a resistir à tempestade da COVID (resumidas na Caixa 5). As seguintes medidas de políticas poderiam ser também introduzidas a curto e médio prazo para mitigar os efeitos devastadores do vírus na saúde e na economia, especialmente entre os pobres:

**Utilizar programas de transferência de dinheiro para apoiar o rendimento das famílias.** O Instituto Nacional de Acção Social ajudou os 570.000 beneficiários existentes no programa de rede de segurança produtiva com um pagamento adicional único de USD 50, equivalente a três meses de subsídios regulares. Foram incluídos no Plano de Assistência Social Directa mais 290.000 agregados familiares vulneráveis em zonas urbanas e peri-urbanas. Estes agregados recebem uma transferência bimensal em dinheiro de USD 50 durante seis meses, como incentivo para permanecerem em casa. Do total de beneficiários, 40.000 são trabalhadores informais que estão registados no INSS. O Banco Mundial concedeu USD 21,7 milhões para financiar estes programas (MEF, 2020).

**Proteger vidas continuando a reforçar a capacidade do sistema de saúde.** Embora a capacidade de resposta à COVID-19 tenha melhorado significativamente (ver Caixa 1), o sistema de saúde é, em geral, muito fraco e tem poucos recursos, especialmente nas zonas rurais. O acesso a testes deve continuar a aumentar e os contactos devem ser rastreados para evitar uma maior propagação. Apoio adicional de doadores para financiar programas direccionados a pessoas com co-morbilidades, como malária, tuberculose ou VIH, poderia também ajudar a mitigar a vulnerabilidade e evitar que se negligenciem as pressões existentes no sistema de saúde. Embora tenham sido feitos esforços para assegurar que as instalações de saúde tenham fluxos separados para os doentes com COVID-19, é necessária uma maior comunicação para persuadir as pessoas a continuarem a utilizar os serviços de saúde.

**Direccionar incentivos para encorajar as empresas a reterem trabalhadores e prover capital (créditos e donativos) às empresas formais e informais para as ajudar a recuperar da pandemia.** Os subsídios ao emprego podem ajudar as empresas a ultrapassar um

período de inactividade, mantendo ao mesmo tempo os trabalhadores que, de outra forma, poderiam ser despedidos, enfrentar um período de desemprego potencialmente longo e cair na pobreza. Contudo, a materialização desta medida necessita de mobilização de espaço fiscal, num contexto em que o mesmo é pressionado por um serviço da dívida e custos com pessoal elevados. Isto sublinha a importância de uma reforma salarial no sector público, e a necessidade de reforçar a gestão da dívida. Tais subsídios podem também contribuir para a recuperação da procura agregada. Em termos de implementação, as parcerias com organizações existentes de microcrédito e micropoupança devem ser alavancadas de modo a abrangerem as empresas informais onde a maioria dos pobres trabalha.

**Ampliar as redes de segurança para os pobres, especialmente a assistência alimentar.**

Considerando o projectado em termos de perda de empregos, quedas no consumo, e aumentos na taxa de pobreza, é de extrema importância garantir a segurança alimentar dos agregados familiares pobres e recém-pobres. Em particular,

as necessidades nutricionais das crianças devem ser priorizadas para evitar impactos negativos a longo prazo resultantes do atrofiamento e do desenvolvimento do capital humano, posto em causa. É importante assegurar a implementação do plano para alargar o número de famílias beneficiárias dos programas de transferência de dinheiro de 600.000 para 1,7 milhões, bem como aumentar a generosidade da transferência.

**Mitigar os efeitos negativos sobre o capital humano.**

Para assegurar que o desenvolvimento do capital humano das crianças não fique ainda mais em causa, ou que as suas perspectivas futuras no mercado de trabalho não sejam comprometidas, quando a COVID-19 estiver sob controlo e as escolas reabrirem será fundamental que existam políticas para encorajar as crianças a voltar à escola. Isto poderá implicar transferências monetárias pontuais condicionadas a reinscrição e frequência escolar. Outra opção seria implementar programas de refeições escolares com o apoio de doadores, o que tipicamente motiva as crianças (e os seus pais) a frequentarem a escola, podendo também ser uma forma de assegurar apoio nutricional contínuo às crianças.

# Referências

- 2iBi Software (2020). Market Research. "Impact of COVID-19 pandemic in business and work regimes in Mozambique". Available at <https://2ibi.com/en/what-do-entrepreneurs-think-about-the-new-normal>.
- Adalet McGowan, M. Andrews, D. and V. Millot (2017). "The walking dead: zombie firms and productivity performance in OECD countries". Economics Department Working Papers No. 1372. Paris: Organization for Economic Co-operation and Development.
- Aga, G., Campos, F., Conconi, A., Davies, E. and C. Geginat. (2019). "Are firm capabilities holding back firms in Mozambique?" World Bank: Washington DC.
- Baez, J. et al. (forthcoming), "How Do Taxes and Transfers Affect Poverty and Inequality in Mozambique?". World Bank: Washington DC.
- BdM. (2019), "Indicadores Prudenciais e Económico- Financeiros," [Prudential and Economic-Financial Indicators], Central Bank of Mozambique, Maputo. Available from: [http://www.bancomoc.mz/fm\\_pgTab1.aspx?id=293](http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=293).
- BdM. (various months), "Monthly Situation bulletin," Central Bank of Mozambique, Maputo. Available from: [www.bancomoc.mz](http://www.bancomoc.mz).
- BdM. (various quarters), "BOP and Monetary Survey data," Central Bank of Mozambique, Maputo. Available from: [www.bancomoc.mz](http://www.bancomoc.mz).
- BdM. (various sessions) "Monetary Policy Committee briefings," Central Bank of Mozambique, Maputo. Available from: [www.bancomoc.mz](http://www.bancomoc.mz).
- Bosio, E, S Djankov, F Jolevski and R Ramalho (2020), "Survival of Firms during Economic Crisis", LSE Discussion Paper No. 797. London: London School of Economics.
- CTA (2020) "Impacto da Covid no Sector Empresarial" [Impact of Covid on the Business Sector]. Confederation of private sector associations.
- Gaffurini, E. and F. Campos (2020): Economic Impact of The Covid-19 Crisis In Mozambique And Measures To Support Private Sector Recovery". World Bank
- IFC. (2017). MSME Finance Gap, Assessment of the shortfalls and opportunities in financing MSMEs in Emerging Markets. Washington DC: International Finance Corporation.
- IHS Markit. (Various), "PMI™: Standard Bank Mozambique".
- IMF (2015), "Strengthening Fiscal Institutions in Mozambique", Technical Assistance Report, Fiscal Affairs Department.
- IMF (2020), "Republic of Mozambique Request for Disbursement Under the Rapid Credit Facility— Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for the Republic of Mozambique". International Monetary Fund Washington, D.C.
- INE (2020a) Sintese da Conjuntura Economica. [Summary of the Economic Situation]. National Statistics Institute, Maputo.

## REFERÊNCIAS

- INE (2020b), "Results of the Survey on the Impact of COVID-19 on Companies". Official Statistics of Mozambique. National Statistics Institute.
- INE (various years), "National Accounts". National Institute of Statistics, Maputo: Mozambique. Available from [www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz).
- INE (various months), "Consumer Price Index bulletin." National Institute of Statistics, Maputo: Mozambique. Available from [www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz).
- INE (various months), "Economic Activities Index bulletin," National Institute of Statistics, Maputo: Mozambique. Available from [www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz).
- INE (various months), "Economic Confidence Indicators bulletin". National Institute of Statistics, Maputo: Mozambique. Available from [www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz).
- INE (various quarters), "Short-Term Industry Indicators". National Institute of Statistics, Maputo: Mozambique. Available from [www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz).
- Kashiwagi, Y. (2019). " Postdisaster Subsidies For Small And Medium Firms: Insights For Effective Targeting". Available at <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/534936/ewp-597-postdisaster-subsidies-small-medium-firms.pdf>
- KPMG (2020), Coal price and FX market forecasts. June/July 2020. Available from <https://home.kpmg/content/dam/kpmg/au/pdf/2020/coal-price-fx-market-forecast-june-july-2020.pdf>.
- Lemos, R. and D. Scur. (2014). Management Practices in Manufacturing in Mozambique. International Growth Center Working Paper F-36108-MOZ-1.
- MEF (2020). "Relatório n.2 sobre o ponto de Situação dos Compromissos como os parceiros no âmbito da COVID-19". October 2020. Ministry of Economics and Finance, Government of the Republic of Mozambique.
- MEF (various years), "Audited State Accounts". Maputo: Ministry of Economy and Finance", Available from: <https://www.mef.gov.mz>.
- MEF (various years), "Budget Law". Maputo: Ministry of Economy and Finance". Available from: <https://www.mef.gov.mz>.
- MEF (various years), "2021 Budget Law Proposal". Maputo: Ministry of Economy and Finance". Available from: <https://www.mef.gov.mz>.
- MEF (various years), "State Budget". Maputo: Ministry of Economy and Finance. Available from: <https://www.mef.gov.mz>.
- MEF (various years), "Budget Execution Report". Maputo: Ministry of Economy and Finance". Available from: <https://www.mef.gov.mz>.
- MEF (various years) "Annual Public Debt Report". Maputo: Ministry of Economy and Finance". Available from: <https://www.mef.gov.mz>.
- Mel S., McKenzie D., and Woodruff, C. (2014). "Business training and female enterprise start-up, growth, and dynamics: Experimental evidence from Sri Lanka". Available at <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304387813001326>
- World Bank (Forthcoming), "Mozambique Country Economic Memorandum, Measuring and Macro-Managing the Resource Boom", World Bank: Washington DC
- World Bank (2020a), "Global Economic Prospects", World Bank: Washington DC

- World Bank (2020b) "Country Private Sector Diagnostic" World Bank: Washington DC
- World Bank (2020c). "Assessing the impact and policy responses in support of private-sector firms in the context of the COVID-19 pandemic". World Bank: Washington DC.
- World Bank (2020d). "World Development Indicators", World Bank: Washington DC. Available from: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.
- World Bank (2020e). "Jobs and Economic Transformation – JET in the time of COVID." World Bank, Washington, DC.
- World Bank (2019a). Enterprise Survey Mozambique. World Bank: Washington DC
- World Bank (2019b), "Mind the Rural Investment Gap", World Bank: Washington DC
- World Bank, (2019c), "Annual Meetings Macro-Poverty Outlook, (various countries)", World Bank: Washington DC.
- World Bank, (2019d), "Commodity Markets Outlook – October 2019", World Bank: Washington DC.
- World Bank (2018), Mozambique Poverty Assessment: Strong But Not Broadly Shared Growth. Washington, DC: World Bank Group.
- World Bank, (various years), "World Development Indicators", World Bank: Washington DC. Available from: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.



**THE WORLD BANK**  
IBRD • IDA